

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Izadora Santos Silva

Brasil: desindustrialização e a teoria da dependência

BACHAREL EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

SÃO PAULO

2023

Izadora Santos Silva

Brasil: desindustrialização e a teoria da dependência

Trabalho apresentado à Faculdade de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como requisito para obtenção do grau de bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^a. Dra. Elaini C. G. da Silva

SÃO PAULO

2023

RESUMO

O presente trabalho propõe-se a ser um estudo das abordagens da literatura sobre o possível processo de desindustrialização do Brasil que se iniciou em 1980 e perdura até os dias atuais. Trata-se de um estudo específico, que tem como propósito entender o porquê de uma mudança brusca da política econômica brasileira após a era desenvolvimentista, e analisar quais as consequências dessas escolhas no cenário econômico atual. Esta análise é baseada principalmente nos seguintes autores que discorrem sobre a teoria da dependência: Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto; Theotônio dos Santos, Ruy Marini e Mônica Bruckmann; além do economista José Gabriel Palma.

Palavras-chave: desindustrialização; Brasil; teoria da dependência; economia; desenvolvimento.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	3
2 DESENVOLVIMENTO	7
2.1 FACES DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA.....	7
2.1.1 FHC e Enzo Falleto: um olhar weberiano	7
2.1.2 Teorias da dependência e do sistema-mundo	9
2.2 CRITÉRIOS DE ANÁLISE	17
2.3 DESINDUSTRIALIZAÇÃO: ANÁLISE ECONÔMICA BRASILEIRA NO PERÍODO DE 1980–2000	17
2.4 ANÁLISE ECONÔMICA BRASILEIRA A PARTIR DOS ANOS 2000.....	24
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS	30
ANEXOS.....	33
ANEXO A – Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1990.....	33
ANEXO B – Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1990.....	34
ANEXO C – Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1985.....	35
ANEXO D – Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1992.....	36
ANEXO E – Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1992.....	37
ANEXO F – Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1996	38
ANEXO G – Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 2000	39
ANEXO H – Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 2000.....	40
ANEXO I – Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 2000	41
ANEXO J – Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 2000	42
ANEXO K – Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 2000.....	43
ANEXO L – Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 2000	44
ANEXO M – Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 2010	45

1 INTRODUÇÃO

Há algum tempo, é notado um aumento do debate a respeito de um possível processo de desindustrialização na América Latina. Duas linhas distintas da economia podem ser utilizadas para discorrer sobre o tema: os novos-desenvolvimentistas e os economistas ortodoxos. Os ditos novos-desenvolvimentistas sustentam a tese de que a economia brasileira vem atravessando um processo de desindustrialização nos últimos 20 anos, causado pela combinação perversa entre abertura financeira, valorização dos termos de troca e câmbios apreciados (LOURES et al., 2006; BRESSER-PEREIRA et al., 2009). Já os ortodoxos sustentam que as mudanças que ocorreram na economia brasileira nas últimas décadas não tiveram um impacto negativo na indústria e que a valorização do câmbio real resultante dessas reformas teria favorecido a indústria, permitindo a importação de máquinas e equipamentos tecnologicamente mais avançados — o que, por sua vez, teria viabilizado a modernização do parque industrial brasileiro e, conseqüentemente, a expansão da própria produção industrial (SCHWARTSMAN, 2009).

Na década de 1970, a teoria da dependência, que “é uma explicação para compreender as razões sociais, econômicas e históricas que concorrem para manter a situação de pobreza de grande parcela das sociedades nacionais” (HAGE, 2013), chega ao Brasil por meio do trabalho de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falletto — que defendem a continuação das políticas de importação na substituição da industrialização para proteger os países menos desenvolvidos da economia mundial capitalista (CARDOSO e FALETTTO, 1979). No plano externo, a teoria da dependência também é utilizada para “analisar as desigualdades políticas e econômicas existentes entre os Estados industrializados, grosso modo localizados no Hemisfério Norte, e os dependentes, pobres do Hemisfério sul. É a dicotomia centro e periferia” (HAGE, 2013).

No início dos anos 1980, os países em desenvolvimento começaram a abrir suas fronteiras comerciais. A conclusão da Rodada do Uruguai (1994), considerada o “maior acordo comercial da História”, promoveu esse objetivo, ao reduzir as barreiras comerciais em muitos domínios de interesse fundamental para os países menos desenvolvidos, como foi o caso dos setores têxteis e agrícolas, cujos produtores também aderiram à Organização Internacional do Comércio (MILNER, 1999).

Segundo Milner, os países menos desenvolvidos passaram a utilizar as barreiras comerciais em excesso com a intenção de desenvolver e aumentar a industrialização nacional. Por um lado, a OMC acabou por induzir esses países a seguir suas regras; por outro, a transição que muitos países tiveram de economias comunistas para economias de mercado, no início da década de 1990, acelerou a tendência de liberalização do comércio mundial. Essas mudanças tiveram como resultado uma crescente liberação comercial ao redor do mundo (CASTELAR, 2009).

Adotar ou não uma política protecionista para sua nação, observando se a subversão do interesse nacional no comércio livre seria resultado do conluio entre homens de negócio, não mais é que a procura dos grupos nacionais pela proteção ou liberação, levando em consideração a escolha que mais favorece o aumento do seu rendimento (SMITH, 1983).

As indústrias pouco qualificadas e de mão de obra intensiva, que costumam apresentar uma penetração elevada e crescente das importações, estão frequentemente associadas a uma proteção elevada. Além disso, muitos mostram que as indústrias orientadas para a exportação e as multinacionais tendem a favorecer um comércio mais livre e a estar associadas a uma menor proteção (MILNER, 1999). A atenção dada aos grupos anti protecionistas é, particularmente, um movimento global em direção à liberalização do comércio.

Buscar entender se houve um processo precoce de desindustrialização no Brasil, analisando diferentes autores brasileiros que discorrem sobre a teoria da dependência e o sistema-mundo para explicar tal efeito, será o foco deste trabalho. Esse processo pode ser analisado levando em consideração duas perspectivas: (i) o uso da abertura das fronteiras comerciais (importação) de bens de consumo e a diminuição da participação industrial no PIB brasileiro, como também (ii) o investimento e o aumento de exportações brasileiras em *commodities* para atender uma necessidade global, levando em consideração as vantagens comparativas.

Recentemente, Luiz Inácio Lula da Silva, atual presidente do Brasil, e seu vice-presidente, Geraldo Alckmin, afirmaram que “a desindustrialização precisa ser interrompida para gerarmos mais empregos de qualidade” (DA SILVA et al., 2023), haja vista que a indústria brasileira tem enfrentado dificuldades de crescimento e sua participação no PIB decaiu muito nos últimos anos.

A exportação de matérias-primas é importante, mas, em que pese o crescente conteúdo tecnológico associado, é mais vulnerável aos ciclos de preços internacionais. Uma economia baseada no conhecimento depende de recuperarmos nosso setor industrial, em benefício também de nossa soberania em setores como saúde, comunicações, defesa e energia. No entanto, estamos perdendo a corrida da sofisticação produtiva (DA SILVA et al., 2023).

Para Lula e Alckmin, é necessário estabelecer uma política industrial inteligente e que mesmo os países mais liberais invistam em conteúdo nacional — seja para a construção de cadeias produtivas mais resilientes a choques, como o que provocou escassez de insumos na pandemia; seja para dar conta do imperativo da mudança climática, a “corrida espacial” do nosso tempo.

A representatividade industrial no PIB brasileiro vem caindo bruscamente, de um pico de 24% nos anos 1980 para 10% hoje (FRAGA, 2023). Segundo Castelar (2009), essa situação é resultado de muitos fatores que impactaram a América Latina nos anos 1990, e isso inclui o Brasil, com a implementação de políticas liberais voltadas à abertura de capital estrangeiro, o abandono de políticas desenvolvimentistas, a supervalorização da moeda, a política de juros altos e o boom de *commodities*. No entanto, essas ações acabaram afetando o Brasil de forma mais ampla e significativa.

Na prática, a estratégia de abertura comercial, substituindo o investimento interno em importações, acabou perfazendo e condenando o setor a um círculo de atraso tecnológico que dura até hoje (FRAGA, 2023). Mesmo países mais liberais investem em conteúdo nacional: seja para a construção de cadeias produtivas mais resilientes a choques, como o que provocou escassez de insumos na pandemia; seja para dar conta do imperativo da mudança climática, a corrida espacial do nosso tempo. (ALCKMIN, 2023).

Isso posto, este trabalho tem por objetivo analisar as teorias desenvolvidas por pesquisadores brasileiros sobre o debate da desindustrialização (ou não) da economia brasileira a partir da teoria da dependência. Partindo desse contexto, para embasar esta análise, busca-se apoio principalmente nos seguintes autores: Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto; Theotônio dos Santos, Ruy Marini e Mónica Bruckmann; e o economista José Gabriel Palma.

A partir disso, o primeiro item tem como intuito fazer uma breve análise da abertura comercial no Brasil a partir da década de 1980 e possíveis consequências dessa ação.

No segundo item, será apresentada uma análise sobre as diferentes premissas da teoria da dependência e da teoria do sistema-mundo, utilizando apenas autores brasileiros.

Por fim, uma análise econômica do Brasil no período de 1980 a 2020, levando em consideração as premissas apresentadas pelos autores e utilizando como base a balança comercial brasileira, índice de taxa de emprego e movimentação de *commodities* nesse período.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 FACES DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA

A necessidade de industrialização dos países da América Latina nasce em meio a um clima de guerra e como forma de planejamento governamental, segundo Hage. Para os estruturalistas, “os países que apresentam pauta de exportação amplamente baseada em produtos agrícolas são fadados à posição periférica e não têm condições de dar saltos de progresso técnico nem de planejar a vida nacional” (HAGE, 2013). Nesse cenário, os países latino-americanos investem grandes esforços de substituição de importações, num movimento que dura até os anos 1980. Já para os teóricos da economia clássica liberal, como Davi Ricardo, “os negócios internacionais são organizados informalmente pela DIT, na qual os países participam com vantagens comparativas” (HAGE, 2013).

A Inglaterra exportava seu tecido em troca de vinho porque, dessa forma, sua indústria se tornava mais produtiva para o país; Portugal importava tecido e exportava vinho porque a atividade portuguesa poderia ser mais benéficamente utilizada por ambos os países na produção de vinho. Se houver maior dificuldade na produção de tecidos, na Inglaterra, ou na produção de vinho, em Portugal [...], o comércio imediatamente cessará (RICARDO, 1973).

Não existe homogeneidade quanto à teoria da dependência no Brasil. De um lado, os teóricos ortodoxos acreditam que a importação de bens de consumo foi e ainda é uma forma de desenvolver a indústria brasileira — para isso, utilizaremos a obra de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto. De outro lado, os neomarxistas abordam como a exportação de bens primários foi utilizada para estigmatizar o posicionamento do Brasil no setor primário.

2.1.1 FHC e Enzo Falleto: um olhar weberiano

Em sua obra *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, os autores afirmam que os teóricos cepalinos desconheciam a relação entre sociedade e economia:

A noção de dependência alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos tanto no que se refere ao plano interno dos países

como ao externo. [...] A esfera política do comportamento social influi necessariamente na forma do processo de desenvolvimento (CARDOSO et al., 1977).

Essa crítica não era voltada apenas a um tipo de industrialismo, abarcando também a chamada fazenda tradicional, conhecida como enclave. “A base econômica, de exportação agrícola, que transformou aqueles países em plataformas especializadas para os centros hegemônicos” (HAGE, 2013), tratava de territórios, coloniais ou semicoloniais, cuja função era abastecer países industrializados com certos produtos que, para alcançar níveis altos de eficiência, necessitavam de arranjos políticos, sociais e de organização: território específico para açúcar, café e tabaco e meios políticos apropriados; uma oligarquia agrária; e uma mão de obra conveniente. Antes os escravos, agora muitos trabalhadores de baixa instrução (CARDOSO et al., 1977).

Para os autores, existem diferentes rotas para alcançar o desenvolvimento, e isso vai muito em linha com as condições estruturais e históricas de cada país. Não há como comparar países capitalistas desenvolvidos com países latino-americanos, pois estamos tratando de diferentes processos, aplicados de diferentes formas. Além disso, podemos considerar a ideia de dependência até a página dois, pois o termo mais adequado seria o de interdependência entre países do norte e sul global, haja vista que um território que não possui autonomia dificilmente conseguirá construir poder centralizado. Afinal, todas as decisões acabam advindo do exterior, sob a perspectiva de interessados (banqueiros, importadores, investidores). “Não se pode ignorar a outra parte da equação que mantém o país na dependência, as relações sociais internas e a cultura de classe. Estudar a economia por meio da sociologia é reparar que as classes dominantes latino-americanas no período agroexportador tinham adquirido mentalidade ‘cosmopolita’, liberal”. (HAGE, 2013). Nesse cenário, alternativa apresentada por FHC e Falleto seria:

As alternativas que se apresentariam, excluindo-se a abertura do mercado interno para fora, isto é, para os capitais estrangeiros, seriam todas inconsistentes, como o são na realidade, salvo se se admite a hipótese de uma mudança política radical para o socialismo (CARDOSO et al., p. 120, 1977).

Assim, a conclusão é de que a única alternativa restante fora a abertura ao capital estrangeiro, uma vez que a reprodução do capital não aconteceria

internamente. A necessidade de financiamento, o investimento em tecnologia e todo o aparato ao redor também dependiam de investimento estrangeiro (HAGE, 2013). Os autores defendem um novo tipo de dependência, que, diferentemente da anterior, de superexploração imperialista, seria um acordo entre interesses internos e externos (HAGE, 2013).

Esse contexto envolveu três atores: o capital do Estado, o capital nacional e o capital internacional. A partir do governo de Juscelino Kubitschek, com a abertura econômica, multinacionais migraram para o Brasil, apoiando ainda mais a internacionalização de mercados brasileiros — mas, ainda sim, de forma dependente (HAGE, 2013). Foi nessa época que, para os autores, o país percebeu suas maiores taxas de crescimento, assim tendo sido possível recuperar a industrialização que fora restrita no passado. Cardoso e Faletto não percebem a abertura ao capital estrangeiro como um efeito negativo, pois o vínculo entre o desenvolvimento e a dependência externa funcionaria de forma plena (HAGE, 2013)¹.

2.1.2 Teorias da dependência e do sistema-mundo

Fernand Braudel, considerado um dos principais teóricos do sistema-mundo na década de 1960, dá continuidade a uma tradição teórica que analisa o capitalismo como um fenômeno internacional (BRUCKMANN, 2011). O autor nomeia Theotônio dos Santos, Ruy Marini e Vânia Bambirra — autores brasileiros considerados “neo-marxistas” — como precursores de sua teoria sistema-mundo, que dialoga com a teoria da dependência.

Para Ruy Marini, autor da obra *Dialética da Dependência*, a dependência era entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, segundo a qual as relações de produção das nações dependentes são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. Essa relação tende necessariamente a aprofundar a dependência, portanto, sua liquidação supõe a supressão das relações de produção que ela envolve (MARINI, 1985). A divisão internacional do trabalho (DIT) representaria a consolidação de um desenvolvimento voltado para a relação de dependência da América Latina com o restante do mundo.

Assim, o autor parte da premissa de que existe um desequilíbrio nas trocas comerciais entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos e de que o imperialismo pode conciliar com a industrialização de um país de duas formas diferentes: por meio de investimentos diretos no setor em questão, capital financeiro; e por intermédio de transferência de tecnologias ultrapassadas que, às vezes, o empreendedor internacional empregava como investimento direto (MARINI, 2000).

Marini também acredita que “a industrialização latino-americana não escapa da ótica imperialista, pois imperialismo e industrialização são componentes da mesma política externa das grandes potências. Contudo, no juízo marxista dessa relação resultam as contradições sociais que dão na revolução libertadora

A industrialização se expressa, em um país atrasado, na agudização de contradições sociais de vários tipos: entre os grupos industriais e a agricultura e os latifundiários exportadores; entre a indústria e a agricultura de mercado interno; entre os grandes proprietários rurais e o campesinato; entre os grupos empresariais e a classe operária, assim como a pequena burguesia (MARINI, 2000, p.52).

Marini ainda pensa que se trata de algo que, em alguma parte do tempo, terá de ser esgotada, posto que o convívio entre o nacionalismo e a importação de capital não é pacífico. (HAGE, 2013).

A proposta e o avanço de uma teoria da dependência, a qual buscava ampliar a dimensão histórica de uma teoria do imperialismo como uma etapa superior da evolução do capitalismo como sistema mundial; e, ao mesmo tempo, uma tentativa de captar as linhas básicas da evolução desse sistema mundial, cuja estrutura, processos de longa duração, fases históricas e suas especificidades se condensam na sua evolução contemporânea. A teoria do sistema mundial floresce, então, como resultado necessário desse esforço teórico de longa tradição, que forma o pensamento crítico contemporâneo (FURTADO, 2016, p.114).

Marini apresenta três elementos que podem explicar a desindustrialização na América Latina naquele momento: a intensificação e ampliação de trabalho e a remuneração abaixo do necessário para a produção da força de trabalho que configurava a superexploração do trabalho — o que, em termos capitalistas, significa que o trabalho é remunerado abaixo do seu valor.¹

¹ Ver ANEXO C (imagem) – Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1985. Notícia sobre a queda de remuneração do brasileiro, comparando o final da década de 1970 e o início dos anos 1980. Apesar da redução da taxa de desemprego, a qualidade do serviço do trabalhador no Rio de Janeiro decaía, assim como o seu salário.

Nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal (MARINI, 1973, p. 157).

Enquanto Marini tentava comprovar que o desenvolvimento capitalista se daria através de um rompimento da dependência, a partir de uma mobilização política que romperia a relação historicamente construída de controle dos países imperialistas, a teoria da dependência defendida por Cardoso e Falleto afirmava ser possível o desenvolvimento em uma situação de dependência, inclusive com semelhança às condições dos países centrais. (NEVES, 2012).

Na visão de Theotônio, a teoria da dependência era uma teoria que recuperava discussões da formação social da América Latina para estudar a situação histórica do desenvolvimento capitalista e sua correlação com a dinâmica econômica mundial. A situação de dependência é aquela em que a economia de certos países está condicionada ao desenvolvimento e expansão de outra economia, sob a qual a primeira é submetida (DOS SANTOS, 1970, pág. 231). O início dessa relação é observado no período de 1930–1945, na esteira da incorporação do fordismo como regime de produção e circulação de bens materiais e da instalação das multinacionais na região, como possibilidade de um novo ciclo de expansão da economia mundial (DOS SANTOS p. 25 e 31). Conhecida como sistema-mundo, as novas economias:

Tinham seu comportamento determinado por essa nova demanda internacional. Em consequência, elas tendiam, de um lado, a destruir e, de outro, a preservar as antigas economias de autossuficiência, tribais, familiares ou comunitárias que, antes, predominavam em todo o mundo. Se é verdade que o capitalismo não logrou substituir imediatamente essas economias locais ou regionais, ele rompeu desde então sua virgindade e as fez ingressar na lógica do mercado mundial (DOS SANTOS, 2016).

O esforço teórico nasceu da análise de classe em nível nacional para compreender a necessidade de integrá-la numa escala planetária, sem ignorar, contudo, que a formação das burguesias europeias e norte-americana são também fenômenos articulados com a emergência do mercado mundial capitalista (DOS SANTOS, 2016). Os vários teóricos do sistema mundial insistiram sempre na existência de um só sistema econômico mundial, neste período, de caráter capitalista

e sob hegemonia norte-americana. A evolução da economia soviética e do bloco de nações a ela mais ou menos ligadas não havia sido capaz de sair do contexto determinado pelo sistema mundial capitalista. Sempre se esperou que a agudização desse conflito na década de 1980 destruiria o modelo de guerra fria que redefiniu as zonas geopolíticas mundiais (DOS SANTOS, p.32)

Dos Santos reivindicou a teoria da dependência para a América Latina como referência básica para compreender a realidade, uma vez que a dívida externa, a condição de exportadores de excedentes econômicos e o fracasso do liberalismo político em compatibilizar a democracia e o desenvolvimento tornaram evidente o fracasso dos projetos autônomos. Também deixou clara a necessidade de abandonar a importação de modelos econômicos, sociais, políticos e culturais das economias centrais e de começar a considerar a estrutura de classes e as relações das forças produtivas: não é possível reduzir as realidades locais, sustentava, à economia mundial; mas tampouco podemos prescindir dela, assim como de suas três grandes variáveis: a revolução científica e tecnológica, o processo de globalização e a regionalização (ou as integrações regionais) (IGNACIO, 2021, p.4).

Dentro da linha marxista de pesquisa, para explicar o comércio internacional, a teoria marxista da dependência se apresenta como uma síntese de um movimento intelectual e histórico na América Latina que reflete a acumulação teórico-metodológica de crescente densidade do pensamento social na região e que se propunha a abrir um campo teórico e analítico próprio. A teoria da dependência propõe que o subdesenvolvimento das economias latino-americanas, assim como as demais economias periféricas na Ásia e na África, não era consequência da persistência de economias pré-capitalistas, mas resultado da forma em que estas economias se haviam integrado à economia mundial (BRUCKMANN, 2011).

É uma teoria que critica os conceitos desenvolvimentistas que propunham iniciar um processo de transformação das economias pré-capitalistas e capitalistas. E, partindo desta premissa, criam-se conceitos como o sistema de centro-periferia, a categoria de dependência, a análise estruturalista da inflação, o colonialismo interno, a marginalidade, o debate sobre reformismo e a revolução (BRUCKMANN, 2011) — debate este que surge em um momento de posicionamento político do Terceiro Mundo dos Não Alinhados², partindo de quatro diferentes correntes:

- a) o subdesenvolvimento conectado de maneira única com a expansão dos países industrializados;

² DOS SANTOS, Theotônio. **Desenvolvimento e Civilização**: Homenagem a Celso Furtado, Clacso: Ederj, 201, p. 114, 2016.

- b) desenvolvimento e subdesenvolvimento como aspectos diferentes de um mesmo processo universal;
- c) subdesenvolvimento que não pode ser considerado como primeira condição para um processo evolucionista;
- d) dependência não como somente um fato externo, mas que também se manifesta sob diferentes formas na estrutura interna (seja social, ideológica ou política)³.

Para a autora, que bebe da teoria desenvolvida por Dos Santos e Marini, a dependência, na América Latina, se origina no momento em que sua relação com os centros capitalistas europeus se insere na estrutura da divisão internacional do trabalho. A população urbana europeia encontra meios de subsistência na abundante produção agrícola originada na América Latina (MARINI, 2000). Esse fator, permite o aperfeiçoamento da divisão do trabalho e especialização industrial europeia e sua expansão em escala mundial (BRUCKMANN, 2011).

As funções que cumpre a América Latina na economia capitalista mundial transcendem as necessidades dos países industriais, contribuindo para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da mais valia absoluta para mais valia relativa, passando a produção a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho que da exploração do trabalhador. Enquanto que o desenvolvimento da produção nos países dependentes, articulado com a lógica de acumulação dos países centrais ocorrerá a partir de uma maior exploração do trabalhador, isto é, através do aprofundamento da mais valia absoluta (BRUCKMANN, 2011, p. 65).

Esse tipo de inserção da América Latina no mercado internacional contribuiu para desenvolver o modelo capitalista baseado na mais valia relativa, que permite que as economias industrializadas supram as necessidades de subsistência da mão de obra assalariada através de uma oferta mundial de alimentos (BRUCKMANN, 2011).

Segundo a autora, as funções que cumpre a América Latina na economia capitalista mundial transcendem as necessidades dos países industriais, contribuindo para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da mais-valia absoluta para mais-valia relativa, passando a produção a depender mais da capacidade produtiva do trabalho que da exploração do trabalhador, desta forma, a

³ LOMSTRÖM, Magnus; HETTNE, Bjorn. **La teoría del desarrollo en transición**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990:15.

acumulação dos países centrais ocorre mediante uma maior exploração do trabalho (aprofundamento da mais-valia absoluta), e para Marini, aí está o caráter contraditório da dependência da América latina, que possui uma dinâmica de intercâmbio desigual.⁴

A inserção de América Latina no mercado mundial contribuiu para desenvolver o modo capitalista baseado na mais valia relativa, que permite que as economias industrializadas atendam as necessidades de meios de subsistência da mão de obra assalariada através da oferta mundial de alimentos que alcança seu momento mais alto na segunda metade do século XIX (BRUCKMANN, 2011, p. 65).

Esta oferta, que é influenciada pela depreciação dos preços dos produtos primários no mercado global, tem como consequência a diminuição do valor real da força de trabalho nos países industriais, o que, conseqüentemente, aumenta a produtividade do trabalho. Por seguinte, a América Latina favoreceu o aumento da mais-valia relativa, dada a inclusão no mercado mundial de bens, nos países industrializados (BRUCKMANN, 2011).

O fortalecimento da integração regional exige uma nova visão estratégica que se insira em uma ampla discussão sobre o sistema mundial, a emergência de novas potências, o desenvolvimento de uma visão geopolítica que articule suas matérias de interesse que estejam em jogo, e a conformação de novas territorialidades a partir de um amplo movimento social debaixo a cimA.. Esta nova fase do pensamento regional tem como desafios a construção de uma estratégia de reapropriação dos recursos naturais, de sua gestão econômica e científica, o que exige uma nova discussão profunda da própria noção de desenvolvimento, de soberania, e da posição da América Latina na geopolítica mundial” (BRUCKMANN, 2011, pág. 348).

A teoria sistema-mundo foi contraposta pela “tradicional e conservadora” teoria da dependência de Cardoso e Falleto. Os autores “admitiam a intervenção de economias imperialistas nos países subdesenvolvidos da América Latina como uma alternativa pragmática” à inviabilidade de se estabelecer uma revolução socialista no continente, assim contrariando o mestre Florestan Fernandes sem com isso superá-lo (BUCKMANN, 2011). Para eles, a posição subordinada dos países periféricos aos centros hegemônicos não se traduz obrigatoriamente em desvantagens e pobreza. “Embora a posição de dependência expressasse limitações à autonomia das unidades

⁴ Ver anexo 4 (imagem) - Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1992. Artigo de opinião de economistas e empresários veiculado no periódico, sobre o processo de desindustrialização no país e principais consequências.

políticas, ela também poderia ser canal privilegiado para que as economias do sul ganhassem espaço com as potências industrializadas” (DOS SANTOS, 2000).

No Quadro 1 estão sistematizados os parâmetros de análise da dependência do Brasil segundo os diferentes autores:

Quadro 1 - Parâmetros de análise: dependência do Brasil (continua)

	FHC E FALETTO	MARINI	DOS SANTOS	BRUCKMANN
ESCOLA	Weberiana	Neo-marxista (Revolucionaria)	Neo-marxista	Neo-Marxista
ATORES	Burguesia exploradora. Tríade: capital do Estado, capital nacional e capital internacional.		Capital estatal e seus representantes e as forças populares	Estados nacionais e economias nacionais

Quadro 1 – Parâmetros de análise: dependência do Brasil (conclusão)

	FHC E FALETTO	MARINI	DOS SANTOS	BRUCKMANN
ESTRUTURA DA DEPENDÊNCIA	Interdependência e superação da pobreza nacional por meio de políticas públicas; melhorar a posição relativa do Estado no sistema internacional por meio da industrialização com meios mais avançados.	Relação de subordinação entre nações independentes, onde as relações de produção das nações dependentes são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução da dependência.	Polo central que extrai excedente de polos regionais e absorve os excedentes econômicos.	Integrar as realidades nacionais, internacionais, transnacionais, multinacionais e globais que formam parte da economia mundial em um sistema em que seus distintos elementos estão integrados e são interdependentes entre si.
ELEMENTOS DA ESTRUTURA	a) há diferentes caminhos ou sequências que podem ser seguidos na busca pelo desenvolvimento, dependendo de condições históricas e estruturais específicas de cada país; b) existe uma particularidade dos processos de desenvolvimento; c) deve-se considerar o interno e externo, e a formação do Estado Nacional do país; d) Dependência na situação de enclave; e) internacionalização do mercado/industrialização;	a) por meio de investimentos diretos no setor em questão, capital financeiro; b) por intermédio de transferência de tecnologias ultrapassadas que, às vezes, o empreendedor internacional empregava como investimento direto; c) imperialismo e industrialização compõem a mesma política externa das grandes potências; d) nega a possibilidade de ascensão ao menos econômica da América Latina por sua industrialização não ser original.	a) polo central que extrai excedente de polos regionais e absorvem os excedentes econômicos; b) a acumulação de capital se encontra no centro do sistema; c) formação das empresas multinacionais depois da Segunda Guerra Mundial, que evoluem para empresas transnacionais.	a) centro-periferia; b) Terceiro Mundo dos Não Alinhados; c) mais-valia absoluta para mais-valia relativa.

Fonte: Cardoso e Faletto (1977), Cardoso e Faletto (2010), Limongi (2012), Hage (2013), Dos Santos (1996), Pimentel (2016), Marini (1973), Bruckmann (2011).

2.2 CRITÉRIOS DE ANÁLISE

Para a análise econômica a seguir, foi feito primeiro um recorte do período entre 1980 (que muitos teóricos afirmam ser o início do movimento de desindustrialização do Brasil) até os anos 2000. Posteriormente, foi feita uma análise levando em consideração o cenário econômico brasileiro a partir dos anos 2000 (quando ocorre uma tentativa de recuperação desenvolvimentista, no primeiro mandato do governo Lula) até o governo liberal de Jair Bolsonaro (2019–2022).

Foram levadas em consideração as taxas de crescimento do Brasil em relação ao mundo, a balança comercial, alíquotas médias das importações brasileiras, PIB brasileiro, participação da indústria e taxas de exportações em diferentes períodos, uma vez que são esses os indicadores utilizados para analisar se um país está passando pelo processo de desindustrialização ou não, e quais os efeitos que refletem principalmente em sua economia e seu desenvolvimento.

2.3 DESINDUSTRIALIZAÇÃO: ANÁLISE ECONÔMICA BRASILEIRA NO PERÍODO DE 1980–2000

Na década de 1980, o quadro da política econômica no Brasil ainda era desenvolvimentista, mas nossa economia paralisou em seguida. Segundo Castelar, vários fatores contribuíram para isso.

Um dos mais importantes foi o fracasso dos países subdesenvolvidos em desenvolver-se, talvez o atestado principal dos limites desse tipo de estratégia, que depois seria reforçado pelo próprio dismantelamento da União Soviética e o abandono do modelo econômico planejado pelos países ex-comunistas”, segundo o autor, a década de 1980, foi notada por um baixo crescimento e grande instabilidade macroeconômica, “em parte, fruto de choques externos, mas também do acúmulo de problemas gerados pelos “desequilíbrios estruturantes” da estratégia de desenvolvimento adotada desde meados do século, em que distorções que se pretendiam temporárias e localizadas tornaram-se permanentes e cumulativas” (CASTELAR, 2009).

Outro motivo foi a crise da dívida externa, instalada após uma decisão equivocada do governo Geisel, apoiado na ideia de que deveríamos crescer apoiados na poupança externa e seu III PND – Plano Nacional de Desenvolvimento, em 1985. O plano foi responsável por “atacar” os principais pontos de estrangulamento da

estrutura produtiva brasileira da época, a saber: infraestrutura, bens de produção e energia, favorecendo, assim, o aumento da inflação no Brasil (NATAL, 2012).

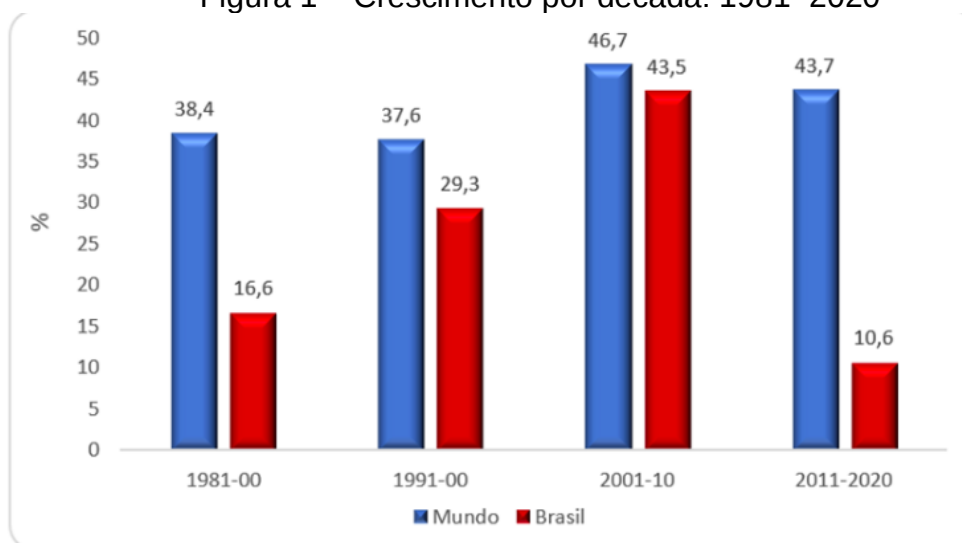
Assim, o modelo de controle e comando do Estado foi substituído e o setor privado ganhou liberdade para decidir como, onde e quando investir e produzir.

Os níveis altos das taxas de juros internas para induzir a captação privada de empréstimos no exterior, resultaram numa desastrosa política de financiamento das necessidades do setor público mediante as vendas cada vez mais volumosas de títulos do governo ao setor privado (CARNEIRO, 1998).

Ao Estado caberia, apenas, corrigir os desequilíbrios macroeconômicos acumulados nas décadas anteriores, ajustando as contas públicas e reduzindo a inflação. No mais, deveria concentrar sua energia em melhorar os indicadores sociais, notadamente na educação e na saúde; fortalecer as instituições; cuidar do meio ambiente; e concentrar seus investimentos em setores com elevados hiatos entre retorno social e retorno privado (CASTELAR, 2009). Abandonou-se, assim, a premissa da estratégia adotada anteriormente, de que a economia, teoria e política deveriam ser aplicadas conforme a situação atual do país (desenvolvido ou em desenvolvimento). “Convergiu-se, então, para a visão de que os fundamentos econômicos são os mesmos em países desenvolvidos e em desenvolvimento, e o objetivo das políticas públicas deve ser melhorá-los” (CASTELAR, 2009).

Quando Fernando Collor assumiu a Presidência do Brasil em março de 1990, o cenário econômico interno era caótico, e uma crescente inflação assolava o país, chegando a 80%. Seu programa econômico “incluiu reformas estruturais, abertura comercial, redução do papel do Estado como produtor de bens e serviços e uma reorganização da administração pública federal” (WERNECK et al., 1998). Mas a grande cartada de seu governo foi a implementação de duas reformas: privatização e liberação comercial do Brasil, como mostra a Figura 1.

Figura 1 – Crescimento por década: 1981–2020



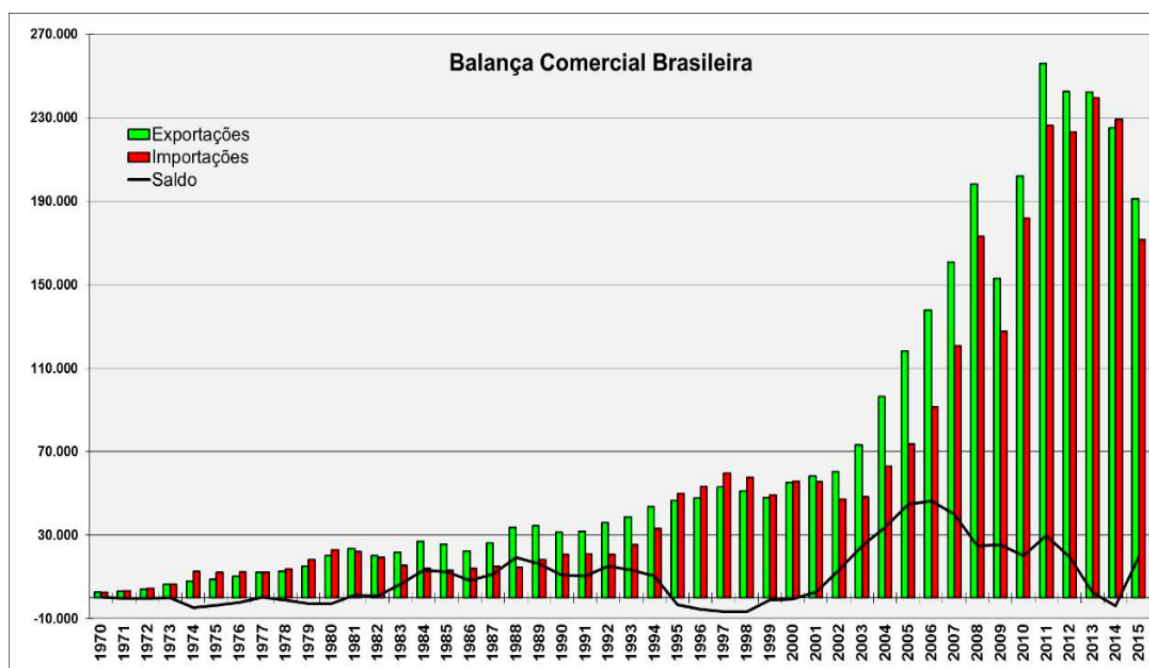
Fonte: FMI / WEO

De 1990 a 1993, o país reduziu suas barreiras não tarifárias, eliminando proibições de importações que vinham sendo aplicadas desde 1940. Em 1991, foi criado um programa de redução tarifária que perdurou até 1994 e resultou na queda da tarifa média de importação — de 32,2% em 1990 para 14,2% em 1994. Também foram feitos ajustes tarifários, o que parcialmente se explica pela intenção de impor disciplinas mais rígidas aos preços internos, durante o período inicial de implementação do Plano Real, com redução da tarifa média nominal para 11,2%. (WERNECK et al., 1998).⁵

Mas uma preocupação crescente, vinculada a uma possível precipitação da desindustrialização do Brasil, começou a surgir nos debates econômicos, por causa da abertura comercial da economia, quando a eficiência produtiva brasileira foi posta à prova. Naquele momento, o Brasil dava um importante passo rumo à tendência de globalização mundial: abria as portas para importações de produtos, antes indisponíveis no mercado, ao mesmo tempo em que expunha sua frágil indústria doméstica — acomodada, graças à proteção que o governo garantia — à forte competição internacional. Em meio a liberalizações, desregulamentações e privatizações, o Brasil, que vinha de um bem-sucedido plano de regime desenvolvimentista, acaba sucumbindo à pressão externa e adotando uma política econômica liberal (MARTINS et al., 2015).

⁵ Notar anexo 2 (imagem) – Notícia veiculada no Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1992, “Governo vai facilitar as importações”.

Figura 2 – Balança comercial brasileira



Fonte: Adaptado de Banco Central..

Como se pode ver na Figura 2, entre 1995 e 1998, a balança comercial brasileira é regida majoritariamente pelas importações. Adiante, a Figura 3 mostra que, na década de 1990, esse investimento foi direcionado à compra de bens de consumo duráveis (eletrodomésticos, eletrônicos, celulares, automóveis etc.). Esse *boom* de tecnologia importada acaba por interferir de forma direta na queda do investimento na indústria brasileira. A nova política implementada seria, assim, incompatível com o desenvolvimento econômico brasileiro. E, nesse quadro de liberalismo econômico, a industrialização não é tida como prioridade, nem para os liberais nem para os economistas de esquerda. Segundo alguns teóricos, assim se inicia o possível “período de desindustrialização” no Brasil.

Figura 3 – Alíquotas médias das importações brasileiras

Destinação Econômica	1996		1997		Jan-Jun de 1997		Jan-Jun de 1998	
	Aliquota Nominal	Aliquota Real	Aliquota Nominal	Aliquota Real	Aliquota Nominal	Aliquota Real	Aliquota Nominal	Aliquota Real
Matérias-Primas e Produtos Intermediários	8,97	4,91	9,41	5,48	9,90	5,82	12,31	7,61
Bens de Capital	11,97	7,37	11,16	7,73	9,76	6,46	16,34	12,45
Bens de Consumo	24,55	11,07	25,94	10,06	29,58	12,11	26,34	10,36
Bens de Consumo Duráveis	35,39	13,58	37,05	11,89	37,58	13,50	36,73	12,36
Bens de Consumo Não-Duráveis	15,03	8,86	14,49	8,16	19,15	10,30	16,77	8,51
Equipamento de Transporte	18,99	6,20	19,38	6,28	19,86	6,84	21,71	8,07
Combustíveis e Lubrificantes	11,44	7,75	9,06	6,29	11,40	7,66	9,79	7,10
Material de Construção	12,19	8,29	13,95	8,08	13,48	9,03	17,74	10,45
Não-Especificado	12,51	6,72	11,26	9,88	10,47	9,20	0,00	0,00
Total Geral	13,60	7,05	13,80	7,04	14,23	7,33	16,69	9,27

Fonte: Secretaria da Receita Federal/Coget. Elaboração: Instituto de Ciências Econômicas e Gestão (Iceg).

Desindustrialização, conceito definido por Rowthorn e Ramaswamy em 1999, é uma redução contínua da participação do emprego industrial no emprego total de um país ou região. Essa desindustrialização, segundo os autores, tem início na década de 1970 nos países do norte global, chegando à América Latina apenas na década de 1990 — período que coincide com o período de implementação de políticas públicas liberais⁶.

Figura 4 – Participação da indústria no emprego (% do total)

Região:	1960	1970	1980	1990	1998
África Subsaariana	4.4	4.8	6.2	5.5	5.5
América Latina e Caribe	15.4	16.3	16.5	16.8	14.2
Cone Sul e Brasil	17.4	17.2	16.2	16.6	11.8
Ásia Ocidental e Norte da África	7.9	10.7	12.9	15.1	15.3
Sul da Ásia	8.7	9.2	10.7	13.0	13.9
Leste da Ásia (exceto China e Japão)	10.0	10.4	15.8	16.6	14.9
NIEs	10.5	12.9	18.5	21.0	16.1
China	10.9	11.5	10.3	13.5	12.3
Terceiro mundo	10.2	10.8	11.5	13.6	12.5
Primeiro mundo	26.5	26.8	24.1	20.1	17.3

Fonte: Palma (2005, p.5).

Os estudiosos que defendem a tese de desindustrialização no Brasil tentam, mediante teorias, explicar o efeito da abertura comercial — que, segundo eles, foi

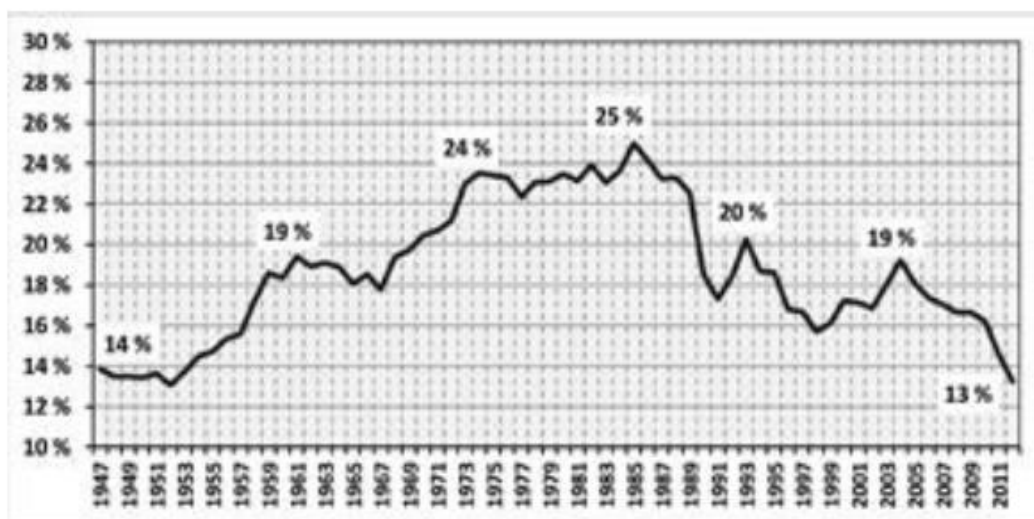
⁶ Ver anexo 6 (imagem): Notícia veiculada no Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1996, “A indústria corre o risco de um retrocesso?” e “Economistas fazendo uma análise a respeito da situação econômica brasileira.

precoce no Brasil. A primeira explicação para tal efeito é a chamada “doença holandesa”, também conhecida como o “boom das *commodities*”. Esse feito seria a sobreapreciação crônica da taxa de câmbio causada pela abundância de recursos naturais e humanos baratos, compatíveis com uma taxa de câmbio inferior àquela que viabiliza as demais indústrias de bens comercializáveis (PEREIRA, 2007).

Essa dita doença holandesa seria fruto de mudanças econômicas neoliberais e teria a influência do “Consenso de Washington” — um conjunto de reformas que consiste em disciplina fiscal, aumento dos gastos públicos em educação e saúde, reforma tributária, taxas de juros determinadas pelo mercado, taxas de câmbio competitivas, abertura comercial, investimento direto externo, privatização, desregulamentação e respeito aos direitos de propriedade. Na década de 1990, essa doutrina serviu de base para uma agenda de desenvolvimento, em certo sentido implícita, tendo-se promovido nesse período amplas reformas estruturais, não apenas no Brasil como também em outros países latino-americanos (ALENCAR, 2009). A versão ampliada do Consenso de Washington, aplicada no Brasil, foi alvo de críticas. Autores argumentam que não é possível promover desenvolvimento adotando um único conjunto de políticas para todos os países em todos os momentos. “Cada país deve procurar uma estratégia de desenvolvimento adequada às suas características, seu grau de desenvolvimento e sua situação presente” (ALENCAR, 2009).

O fato que chama atenção aqui é o precoce afastamento desses países em desenvolvimento da industrialização. O gráfico na Figura 5 mostra uma queda contínua na participação relativa do setor industrial a partir dos anos 1990, atingindo apenas 13% do PIB em 2012. Alguns economistas concordam que a sobrevalorização cambial — que estimula a importação — decorreu da abertura do fluxo de capital que gerou superávit na conta de capital do balanço de pagamentos (PALMA, 2015).

Figura 5 – Brasil: participação da indústria no pib corrigida 1947-2012



Fonte: a partir de Sistema de Contas Nacionais, IBGE; e Bonelli, Pessoa e Matos (2013).

A segunda causa da possível desindustrialização no Brasil seria o aumento de mão de obra global. Isso estaria diretamente relacionado à diminuição de indústrias nacionais, visto o aumento do valor da mão de obra nacional. Assim, a mudança na divisão do trabalho internacional, principalmente acompanhada da terceirização, influenciou diretamente no posicionamento dos países em desenvolvimento em corporações transnacionais de diferentes produtos (PALMA, 2005). A mão de obra está cada vez mais cara, as leis trabalhistas cada vez mais incisivas, e isso faz com que as indústrias procurem cada vez mais mão de obra barata, para terem um preço competitivo no mercado internacional.

A terceira e última causa seria a chamada “ilusão estatística” (PALMA, 2005), que estaria diretamente interligada às mudanças nos procedimentos organizacionais, cujo objetivo é maior competitividade.

Quanto ao recorte cronológico do estudo (como já demonstrado na Figura 4), foi a partir dos anos 1980 que o Brasil de fato começou a sentir interferências da possível desindustrialização; o que perdura até os dias atuais.

O êxito da estratégia desenvolvimentista de industrialização no Brasil aconteceu da década de 1930 até 1970, uma vez que havia um bom investimento do Estado e também das empresas. Na década de 1990, o abandono do regime de política desenvolvimentista coincide com a implementação da teoria da vantagem comparativa, de David Ricardo. O período de desenvolvimento industrial no Brasil se encerra quando o país se inspira nessa teoria, baseada na ideia de que os países

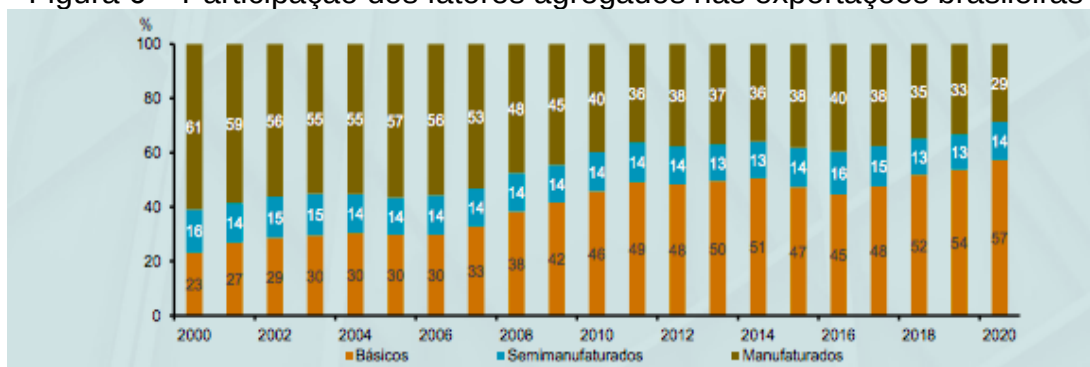
devem se especializar em bens com custo de oportunidade reduzido para ser produzido, e pautada numa política de livre comércio entre os países.

2.4 ANÁLISE ECONÔMICA BRASILEIRA A PARTIR DOS ANOS 2000.

Houve uma tentativa de retorno da política desenvolvimentista⁷, em meados de 2005. Mas foi mal-sucedida, uma vez que os avanços da industrialização, apoiados por novas políticas desenvolvimentistas, acabaram encontrando resistência das “big companies” e, principalmente, dos EUA⁸ — que atuou de forma contrária às integrações que aconteciam na América Latina, como a CEPAL.

A partir de 2003, o Brasil passou a ter acordos comerciais que favoreciam a exportação de produtos agrícolas⁹, especialmente soja e laranja, o que movimentou bilhões de reais. Todo o investimento (antes direcionado a atividades industriais) deslocou-se para o setor primário, o que pode ter contribuído para esse processo de desindustrialização. A Figura 6 mostra que houve um crescimento das exportações de produtos básicos (11,9% a.a.) entre 2000 e 2020, o que foi determinante para a expansão das exportações do país nas últimas duas décadas.

Figura 6 – Participação dos fatores agregados nas exportações brasileiras



Fonte: Ministério da Economia.

⁷ Ver anexo 7 – Notícia veiculada no Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 2000: “Ar-condicionado em alta – Mesmo com produção em queda, fabricantes comemoram redução das importações”.

⁸ Ver anexos 8 e 9 – Notícia veiculada no Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 2000: “Incentivo para importação de autopeças” e “Investimento bate recorde - Capital estrangeiro continua procurando o país. Já entraram U\$ 5,4 bilhões.”

⁹ Ver anexos 10 e 11 – Notícia veiculada no Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 2000, “Milho é leilado para conter inflação” e “Safrá recorde a caminho - IBGE projeto 85,5 milhões de toneladas de grãos e preços de alimentos já caem”.

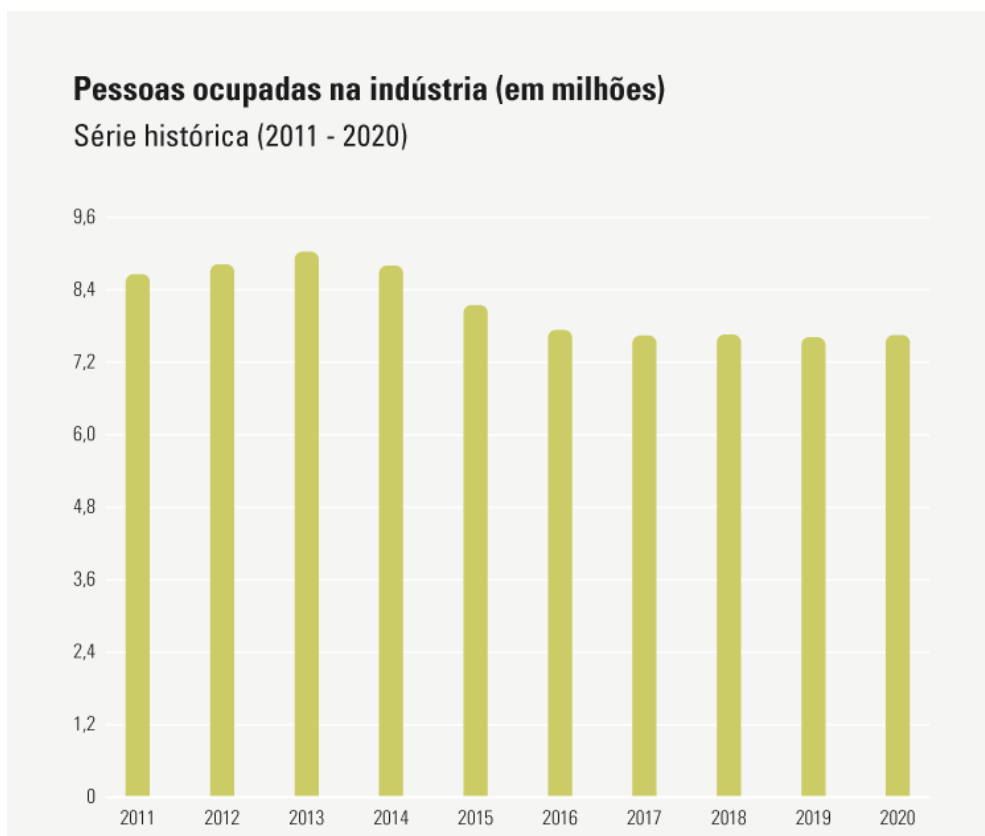
Mesmo com políticas que interferiram e melhoraram a distribuição de renda¹⁰, e impactaram diretamente o poder aquisitivo dos consumidores, toda a indústria não conseguiu evoluir, dado esse cenário favorável ao consumo de bens industrializados importados.

No segundo mandato da presidenta Dilma, a industrialização no país ensaiou uma aceleração, mas voltou a estagnar após o seu *impeachment*. O setor industrial foi atingido pela queda da produção nacional, e produtos importados ganharam novo fôlego, ressuscitando a lei de vantagens comparativas.

A desindustrialização brasileira quase pode ser comparada a uma estagnação no desenvolvimento, principalmente pela perda de empregos industriais que impactou o país. O governo recente de extrema-direita que comandou o Brasil, pautado em desmontes de políticas que defendiam a produção nacional e investimentos internos, distanciou o país de suas chances de se reindustrializar. Segundo uma análise do IBGE de 2023, destacada na Figura 7, o setor industrial perdeu 9,6 mil empresas e um milhão de empregos industriais em 10 anos.

¹⁰ Ver anexos 12 e 13 – Notícia veiculada no Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 2010 – “Nível de emprego volta a ser positivo após 10 anos” e “Governo terá pior saldo da balança - A velocidade de crescimento da importação é espantosa”

Figura 7 – Gráfico de pessoas ocupadas na indústria brasileira



Fonte: Pesquisa Industrial Anual - Empresas (IBGE).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desindustrialização, tema central desta análise, provém de um fenômeno complexo, que resulta de uma situação complicada entre decisões políticas, transformações econômicas e dinâmicas internacionais. O Brasil, que historicamente adotou uma estratégia desenvolvimentista, iniciada nos anos 1930, experimentou uma transição complexa na década de 1980, quando uma estagnação econômica interrompeu o plano nacional de desenvolvimento. As premissas dessas crises, como visto ao longo deste trabalho, advém de várias vertentes e fatores, podendo ser elas provenientes de conflitos de interesses externos ou inconformidades estruturais que foram se acumulando ao longo dos anos no Brasil. O possível fracasso econômico de países desenvolvimentistas delineou um novo cenário nacional que se inicia com a crise da dívida externa e resulta na adoção de políticas liberais.

Na década de 1990, os impactos das reformas estruturais, como privatização e liberação comercial, foram significativas. Foi no Governo Collor (1990–1992) que a abertura comercial começou a expor a indústria brasileira à concorrência global, desencadeando, assim, o possível processo de desindustrialização brasileira. Entre 1995 e 1998, como analisado, a balança comercial demonstrou um crescimento maciço de importações e um *boom* de tecnologias estrangeiras que impactaram diretamente a indústria nacional brasileira, culminando no possível período denominado doença holandesa. O Brasil deixava de produzir tecnologia e passava a ser dependente, majoritariamente, da exportação de *commodities*.

Em 2000, mesmo com uma tentativa de resgatar o desenvolvimento nacional, houve mais barreiras que investimentos. E todo o aporte direcionado ao setor primário, principalmente agrícola, contribuiu ainda mais para uma balança comercial pautada na exportação de mercadorias primárias.

Após uma abertura comercial que impactou o país de forma irreversível, principalmente os teóricos do sistema-mundo tentaram trazer evidências de que o caminho que a política interna brasileira seguiu, também levando em consideração as interferências da Divisão Internacional do Trabalho (DIT), delimitaram o desenvolvimento nacional. Como a desindustrialização é um fator que perdura nos dias atuais, não conseguimos delimitar seu começo, meio e fim; porém, conseguimos

avaliar claramente as consequências que essa possível abertura precoce da economia nacional que impactaram a economia atual do Brasil.

A literatura brasileira até 2010 apresentava evidências de uma possível desindustrialização entre a década de 1980 e 1990. Com a mudança de regime cambial, em 2007, essas conclusões passaram a não ser tão assertivas. No entanto, índices (como aquele ilustrado na Figura 7) mostram que, sim, houve perda relevante da importância da indústria do país nos últimos 10 anos. Oreiro e Feijó afirmam que há sinais “inquietantes” da doença holandesa (ou seja, de desindustrialização) causada pela apreciação da taxa real de câmbio — o que resulta em valorização dos preços das *commodities* e dos recursos naturais do país no mercado internacional. A partir daí, é possível aceitar a hipótese de que possivelmente o Brasil não possui características necessárias para ocorrência natural da desindustrialização, uma vez que esta aconteceu de forma precoce.

A partir de 2015, o Brasil atravessa um período extremamente instável, marcado por um *impeachment*, uma pandemia e um governo de extrema-direita. A gestão de Jair Bolsonaro boicotou qualquer medida desenvolvimentista no país e adotou uma agenda em prol da privatização de órgãos estatais e do favorecimento de investimento externo (principalmente numa política bilateral entre Brasil e Estados Unidos). Eleito em 2022, o atual presidente, Luís Inácio Lula da Silva, possui uma agenda com premissas desenvolvimentistas, assim tendo um desafio importante pela frente.

Por fim, vale ressaltar que este trabalho não tem a pretensão de esgotar o tema, que é amplo e não apresenta começo, meio e fim. O objetivo é trazer para a discussão uma possível análise histórica do país e refletir como o atual presidente pode tentar reverter esse quadro aparente de desindustrialização — buscando pistas em países como a China, por exemplo, que passou de um país emergente para uma das maiores potências mundiais em 30 anos. Isso aconteceu graças a uma política nacionalista, que incentiva o aprimoramento de produtos nacionais e a qualificação da mão de obra, assim se consolidando no mercado internacional como um país que oferece produtos competitivos, tecnológicos e com alto valor agregado — algo proporcionalmente pouco exportado pelo Brasil por causa dos revezes sofridos por sua indústria. Mesmo que as condições da política chinesa sejam completamente

diferentes do Brasil, ela pode fornecer indícios e caminhos para um possível retorno da industrialização brasileira.

REFERÊNCIAS

1. BONELLI, Régis; PESSOA, Samuel; MATOS, Silvia. **Desindustrialização no Brasil: fatos e interpretação**. In: BARCHA, Edmar; DE BOLLE, Mônica Baumgarten. **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 45-80, 2013.
2. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A doença holandesa e sua neutralização: uma abordagem ricardiana**. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (Org). **Doença Holandesa e Indústria**. Rio de Janeiro: FGV, p. 117-153, 2010.
3. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; MARCONI, Nelson. **Existe doença holandesa no Brasil?** In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (Org). **Doença holandesa e indústria**. Rio de Janeiro: FGV, p. 207-230, 2010.
4. CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 143 p., 1977.
5. DA SILVA, Luiz Inácio Lula; ALCKMIN, Geraldo. **Neoindustrialização para o Brasil que queremos**. Estadão. São Paulo. 25 maio 2023. <https://www.estadao.com.br/opiniao/espaco-aberto/neoindustrializacao-para-o-brasil-que-queremos/>. Acesso em: 05 jun. 2023.
6. DOS SANTOS, Theotônio, **Os Fundamentos Teóricos do Governo Fernando Henrique Cardoso**. Porto Alegre: Ciências & Letras, 1996.
7. FRAGA, Armínio. **Neoindustrialização: importante, mas como?**. Estadão, São Paulo, 6 jun. 2023. <https://www.estadao.com.br/economia/artigo-arminio-fraga-neoindustrializacao> Acesso em: 10 jun. 2023.
8. FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Civilização: Homenagem a Celso Furtado**. Clacso – Eduerj, 2016, p. 114.

9. LAZZARINI, Sergio Giovanetti; JANK, Marcos Sawaya.; INOUE, Carlos Frederico Kiyoshi. **Commodities no Brasil: maldição ou benção?** In: BARCHA, Edmar; DE BOLLE, Mónica Baumgarten. **O futuro da indústria do Brasil: desindustrialização em debate.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 201-226, 2013.

10. MARINI, Ruy. M. **Dialética da dependência.** México: Editora México, p.157, 1973.

11. MARTINS, Guilherme Nunes; LIMA, João Policarpo Rodrigues. **Evidências da precoce desindustrialização no Brasil**, v. 9, n. 1, jan.–jun. 2015.

12. MILNER, Helen V. **The political economy of international trade**, 1999.

13. NATAL, Ana C. S. **Desindustrialização no Brasil - Sintomas e causas** - Faculdade de Ciências Econômicas, 2012.

14. NEVES, Lafaiete Santos. **Desenvolvimento e dependência: atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini**, 2012.

15. PALMA, José Gabriel. **Quatro fontes de “desindustrialização” e um novo conceito de “doença holandesa”.** Conferência de Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, São Paulo, 28 ago 2005.
https://macrodesenvolvimento.files.wordpress.com/2013/06/520-20quatro20fontes20_2_.pdf. Acesso em: 10 Abr. 2013.

16. ROWTHORN, Robert; RAMASWANY, Ramana. **Growth, Trade and Deindustrialization.** IMF Staff Papers, vol. 46, n.1, 1999.

17. ROSSI, Ignacio. **Pensar la dependencia latinoamericana: repaso histórico de Theotonio Dos Santos y el capitalismo periférico latinoamericano.**

Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2020.

18. SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

ANEXOS

ANEXO A – Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1990

RURAL
A Evolução
do Banco

Negócios & FINANÇAS

SEMPRE
Custos menores,
benefícios maiores.
SAÚDE PARA EMPRESAS 221-8414

Governo vai facilitar as importações

■ **Ciro Gomes promete reduzir alíquota para evitar eventual desabastecimento**

O ministro da Fazenda, **Ciro Gomes**, disse ontem no Rio que está decidido a evitar um eventual desabastecimento e anunciou que o governo facilitará a importação de vários produtos — não citou quais —, a partir da redução de alíquotas, para aumentar a oferta interna. O governo quer evitar o que ocorreu no Plano Cruzado, quando o excesso de consumo levou a prateleiras vazias, por falta de prevenção. Desta vez, porém, o ministro disse que "foram incorporadas as lições do passado", além de um cuidado para não expor a indústria nacional a concorrência predatória de empresas estrangeiras.

boa ideia" o banco de financiamento. Ao admitir que "não é possível vender impostos para o mercado externo", revelou que a equipe econômica "está fazendo um esforço" para desonerar os produtos de exportação. Disse ainda que o governo quer acelerar a implantação da Lei dos Portos, "mas tem que superar as pressões corporativistas". Quanto às tarifas alfandegárias, o ministro declarou que fazia justiça ao reconhecer que foi iniciado no governo Collor o processo para reduzi-las. "Chegavam a 105% em 1990 e hoje caíram para um máximo de 35%, com média ao redor dos 14%. Mas isso não gerou uma desindustrialização no Brasil, não

Marco Antonio Cavalcanti

ANEXO B – Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1990

Capitais estrangeiros e desenvolvimento

JOÃO PAULO DE ALMEIDA MAGALHÃES *

Controlada a inflação, chegou a vez de se pensar no desenvolvimento econômico. Como consequência da preocupação com a espiral de preços, este último ficou por muito tempo esquecido, pelo que a revisão de alguns dos seus aspectos fundamentais se faz necessária.

Nos seus depoimentos durante a campanha eleitoral, Fernando Henrique Cardoso afirmou que, diante da incapacidade financeira do governo, o papel dos capitais estrangeiros seria fundamental, entre outras coisas, para a recuperação e ampliação da infra-estrutura econômica do país. O diagnóstico é correto e existe, inclusive, possibilidade bastante concreta de se captar volume importante de recursos externos. Algumas condicionantes devem, contudo, ser respeitadas para que estes apresentem o desejado efeito positivo.

A primeira delas está em que a entrada de capital estrangeiro não nos dispensa de reconstituir a margem de poupanças do país. A meta deve ser trazê-la de volta ao nível histórico de 23% do PIB e, para tanto, o esforço principal caberá ao próprio governo. Suas poupanças que, no passado, chegavam a 4% do PIB são hoje nulas ou negativas. A menos que a reconstituição da margem de poupanças seja conseguida, jamais retornaremos ao desejável ritmo de crescimento de 7% ao ano.

É importante, em segundo lugar, que essa entrada tome a forma de capital de risco e não de fundos de curto prazo, que chegam ao país para se beneficiarem da vantagem das elevadíssimas taxas de juros vigentes.

Estes não são, contudo, os aspectos mais delicados da questão. O ponto crítico se refere à forma de internar os recursos provenientes do exterior. A entrada efetiva de capital estrangeiro toma a forma de um déficit no balanço de transações correntes. A função dos recursos externos é exatamente a de cobrir esse déficit, ou seja, de permitir

Ora, no caso brasileiro, a obtenção de um déficit na proporção requerida por substancial entrada de recursos externos é dificultada pelo fato de que nossas exportações superam largamente as importações. Diante disso, surgiu em alguns círculos a tese de que deveríamos inverter tal situação. Alega-se, entre outras coisas, que nosso grande superávit comercial nasceu para atender às necessidades da dívida externa, problema que está hoje largamente contornado. Ai se acha o risco.

Para que a geração de um déficit no comércio exterior não entre em choque com a política de desenvolvimento, ela deve obedecer a regras bastante estritas. O déficit não pode, antes de mais nada, ser obtido a expensas das exportações. O declínio destas implicaria perda direta exatamente para os setores mais dinâmicos e competitivos de nossa economia. A regra a ser adotada é, portanto, a seguinte: nossas vendas externas devem não só ser mantidas nos níveis atuais como continuar a crescer em ritmo igual ao registrado no passado recente.

A solução se acha, assim, no aumento das importações. Aqui também existem restrições. A maior entrada de produtos estrangeiros não deve implicar a inviabilização de setores de nossa economia. De outra forma, os investimentos de origem externa estariam sendo compensados por desinvestimentos internos, sem nenhum ganho para o desenvolvimento. O risco, no caso, é particularmente grande porque nosso setor manufatureiro se acha seriamente fragilizado por década e meia de recessão.

Estaremos porventura vendo fantasmas? De forma alguma: esses aspectos negativos já se acham hoje claramente configurados. O real está sobrevalorizado em relação ao dólar, o que reduz a competitividade internacional de nossos produtos. O governo não adotou nenhuma medida corretora. Da perspectiva de curto prazo esse comportamento é aceitável porque a sobrevalorização do real desencoraja a entrada de fundos especulativos cujo

que o governo se vê forçado a emitir para comprar a moeda estrangeira em excesso. A longo prazo, ou seja, da perspectiva da retomada do desenvolvimento estamos, contudo, diante de anomalia que deve ser quanto antes corrigida.

Os responsáveis pela economia brasileira lançaram-se recentemente, através da baixa de tarifas aduaneiras, eliminação de barreiras administrativas e desburocratização, numa decidida política de encorajamento das importações, que vem repercutindo negativamente sobre alguns setores. Novamente aqui, de uma perspectiva de curto prazo, essa ação se justifica como forma de coibir os remanescentes de uma temerosa memória inflacionária. Sua manutenção por período mais longo entra, no entanto, em choque frontal com a política de retomada do desenvolvimento.

Em entrevista recente o presidente da General Motors no Brasil declarou que, em função das facilidades de importação, sua empresa decidira suspender seu projeto de ampliação, passando a importar mais carros do exterior. Ou seja, estamos diante da primeira manifestação de um processo de desindustrialização que já fez duas importantes vítimas na América Latina (Chile e Argentina).

Em suma, o capital estrangeiro tem todas as condições para constituir importante instrumento na redinamização da economia brasileira. O grande risco, que infelizmente já se acha claramente configurado, é de que a necessidade de internar as poupanças externas, através de déficit nas transações correntes (aliada à moda liberal que avassala o país), transforme um fator claramente positivo em empecilho direto à retomada do desenvolvimento. E para tanto basta que se persista em algumas políticas atualmente em

ANEXO C – Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1985

22 □ 1º caderno □ domingo, 15/9/85

Cidade

JORNAL DO BRASIL

Renda e desemprego no Rio aproximam-se do Nordeste

Nas últimas semanas, o Governo Brasileiro començou com anúncios nos jornais a queda do desemprego no Estado. De fato, de acordo com o IBGE, o desemprego "aberto" no Rio caiu de 6% em março para 4,8% em julho deste ano. Estes números, porém, estão longe de demonstrar que a situação melhorou. Outros indicadores mostram que o Rio está muito mais perto do Nordeste do que de São Paulo. Entre 1979 e 1984, o nível de renda dos fluminenses despencou. A proporção da população que em 1979 ganhava até um salário mínimo era de 22,6%. Em 1984, pulou para 32,1%. Na proporção de empregados com carteira assinada em julho deste ano, o Rio só ganha de Recife. A indústria encolheu brutalmente. Entre 1980 e 1983, a indústria perdeu 130 mil empregos, quase 20% do seu efetivo. Estes indicadores foram levantados pelos economistas Claudio Salm e André Cezar Medici que, em artigo especial para o JORNAL DO BRASIL, mostram que a realidade social do Estado, infelizmente, não melhorou.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro, em propaganda oficial divulgada pela imprensa — "O Rio está derrotando o desemprego" — buscou veicular a ideia de que as reduções da taxa de desemprego aberto da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, nos últimos cinco meses "são reflexos, em nossa economia, das medidas e realizações do Governo Estadual... Nada há de errado em capitalizar politicamente uma boa vez parte das regras do jogo, principalmente em épocas de campanha eleitoral. Acontece que, porque a taxa de desemprego aberto do IBGE não seja "digna de todo o crédito", mas um nome, esta taxa decorre de uma visão muito

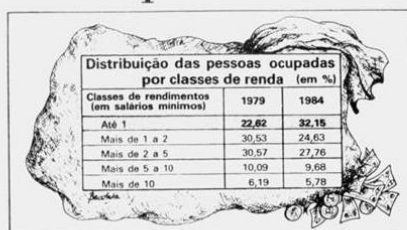
aberto na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, especialmente nos últimos meses, fica-se com a impressão de que o Rio de Janeiro está numa situação relativamente melhor do que a das demais Regiões Metropolitanas, no que tange ao desemprego. De fato, a taxa de desemprego caiu de 6% em março para 4,8% em julho. No entanto, este indicador apresenta problemas. O que ele está medindo é o número de pessoas que, numa dada semana, não estavam trabalhando e procuravam trabalho, sobre o total de pessoas economicamente ativas.

Ora, numa economia como a brasileira, onde não existe seguro desemprego, são poucos os desempregados que podem procurar trabalho e simultaneamente ficar sem trabalhar. A sobrevivência obriga a maioria dos indivíduos a exercerem uma atividade, nem que seja um bico ou um bico, enquanto buscam ou esperam uma situação ocupacional normal.

Assim sendo, muitos defendem a ideia de que no Brasil uma baixa taxa de desemprego aberto poderia até significar uma grave situação ocupacional, na medida que seria indicativo da existência de um grande contingente de indivíduos envolvidos no exercício de trabalhos precários. Talvez por este raciocínio seja possível explicar como o Rio de Janeiro, que reconhecidamente detém graves problemas ocupacionais, possa apresentar uma taxa de desemprego aberto menor do que a de São Paulo ou Nova Iorque.

Os últimos três anos evidenciam um agravamento da situação do mercado de trabalho no Rio de Janeiro.

Redução da Atividade Econômica da População



Classes de rendimentos (em salários mínimos)	1979	1984
Até 1	22,62	32,15
Mais de 1 a 2	30,53	24,63
Mais de 2 a 5	30,57	27,76
Mais de 5 a 10	10,09	9,68
Mais de 10	6,19	5,78

Observa-se também que, depois de Recife — onde ocorreu uma queda de 55,7% para 55,1% — o Rio de Janeiro tem sido a Região Metropolitana que apresenta a mais baixa taxa de atividade. Os empregados com carteira de trabalho assinada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro respondia, em julho de 1985 por 26,7% das pessoas em idade ativa, o que nos indica a pequena dimensão do chamado "setor formal" no mercado de trabalho fluminense. Vale dizer que apenas Recife detém um valor menor deste indicador (22,7%) em julho de 1985, mas em São Paulo o número é de 35,6%, em Porto Alegre, 33,5%, em Belo Horizonte, 31,1% e em Salvador, 30,4%.

feito para evitar o aumento dos empregos protegidos pela legislação trabalhista. Pela não existência de laços de regulamentação, estes são os empregos que detêm remunerações mais baixas.

Além dessa redução relativa de empregos formais, destaca-se o aumento da participação relativa dos trabalhadores por conta própria no total de ocupados do Estado, que subiu de 15,1% em 1979 para 19,3% em 1984. No mesmo período o número de empregados caiu de 81,1% para 76,7%.

A queda do nível de renda

Além do aumento dos ocupados em condições precárias, o principal flagelo sofrido pela

grande redução do setor formal do mercado de trabalho no território fluminense. Os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) para os anos de 1980 — 1983 já indicavam uma forte queda absoluta no número de empregos formais, especialmente no que tange a indústria, confirmando a tendência já assinalada pelos dados do PNAD.

As atividades industriais entre 1980 e 1983 perderam cerca de 130.000 empregos — quase 30% de seu efetivo — o que significa, dada a curto espaço de tempo, um intenso processo de desestruturação. Na verdade, tanto a indústria naval — um dos sustentáculos das atividades industriais no Rio de Janeiro — como as indústrias tradicionais foram largamente prejudicadas no último quadro econômico recente. Os serviços também sofreram forte redução absoluta (-4,6%) no nível de emprego. Destacam-se como setores que absorveram emprego no período: o Comércio (+ 5,5%) que tem incrementos no emprego próximos ao crescimento vegetativo da população e o Setor Governamental, onde o grande aumento de participação (+ 81,4%) deve-se não só aos órgãos federais, existentes no Estado mas também a campanha eleitoral do candidato apoiado pelo Governo Chagas Freyre.

Em termos globais o emprego formal reduziu-se em quase 2% nestes três anos o que revela uma taxa bem elevada para uma população economicamente ativa que cresce de 2% a 3% ao ano.

Os efeitos dessa redução podem ser vistos na distribuição da população ocupada no Estado do Rio de Janeiro entre 1979 e 1984. A indústria de transformação que respondia por quase 20% dos ocupados em 1979, passou a deter menos de 15% em 1984.

ANEXO D – Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1992

Os motivos do atraso



□ O economista Luiz Gonzaga Belluzzo acha que a indústria brasileira sofreu um atraso monumental sob qualquer ponto de vista de organização, de gestão e até no tamanho das empresas, já que esse processo não recuperou a importância da pequena empresa. Para ele, se o país decidisse abrir as fronteiras nacionais e unificar realmente os mercados teria problemas tão graves quanto os que enfrenta hoje a Alemanha. A realidade da indústria brasileira, explica, é a ameaça de um processo de desindustrialização. "Nesses últimos 10 anos esse processo foi agravado pela crise de curto prazo, que fez cair o investimento público, provocou a deterioração da infra-estrutura e causou um dano profundo no sistema educacional em todos os níveis." Essa desindustrialização, segundo Belluzzo, só não acontece porque na organização da divisão internacional do trabalho caberá ao Brasil o papel de supridor de commodities industriais.



□ "Nós não estamos estagnados e sim em franca regressão." Esta é a conclusão do economista Antônio Barros de Castro, ao lembrar que nos últimos anos, além de ter reduzido os seus níveis de produção industrial, o Brasil diminuiu também os gastos com ciência e tecnologia e viu o crescimento do seu comércio caminhar em níveis muito inferiores ao do comércio internacional. De 1985 a 1989 o comércio mundial cresceu 10% ao ano enquanto o Brasil entrava por outro caminho: de 1985 a 1990 aumentou apenas 2,5% ao ano e o comércio de manufaturas em apenas 2% no mesmo período. "Ou seja, nossas exportações cresceram menos que a inflação mundial", explica Castro. Ele lembra também que os gastos em ciência e tecnologia que já chegou a 1% do PIB, caíram hoje para 0,5% do produto. Além disso, Castro garante que o país está fustigando as multinacionais num momento errado. Nesse sentido, ele diz que não vê solução no curto e nem talvez no médio prazo.



□ A discussão do papel do estado nos investimentos em infra-estrutura básica é a questão relevante para o desenvolvimento do país do ponto de vista do empresário José Diniz de Souza, controlador da Eletrometal. Segundo ele a falta de investimentos nesses setores decreta, inexoravelmente, a estagnação do país. "Isso porque não existe crescimento econômico sem que as indústrias se equipem adequadamente, sem oferta de energia, serviços de comunicação e sistemas de transporte." A conclusão que se pode tirar daí, segundo Diniz, é que se não forem retomados os investimentos em infra-estrutura a economia estará praticamente condenada à estagnação, no futuro. É o pior. No seu entendimento não existe qualquer evidência de que o governo esteja indo nesta direção, mesmo porque não tem tomado decisões que elevem sua receita e viabilize esses investimentos. "A sonegação continua tão alta como no passado, incentivada, em grande parte, pelas altas taxas de juros."



□ Falta um projeto Brasil. Está é a avaliação do empresário José Mindlin, 77 anos, presidente do Conselho de Administração da Metal Leve, uma das empresas que mais investe em tecnologia no país. Para ele, não existe em toda a programação oficial um conjunto de ideias sobre o que deve ser feito nos próximos anos tanto no plano industrial quanto no plano social. "Existem declarações genéricas sobre o obvio, mas não temos um plano específico sobre as reais necessidades do país." Em relação ao perfil da indústria nacional, o empresário entende que no Brasil existe dois tipos de indústria necessários: "O da alta tecnologia, caminhando para a automação, novos processos e novos materiais, e também o setor de mão-de-obra intensiva, que no Brasil não pode ser abandonado. Esta última é uma fonte de emprego que pode ser dirigida à agroindústria e bens de consumo não duráveis para o abastecimento da grande massa da população."

ANEXO E – Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1992

Para fugir da dependência

Barbosa Lima Sobrinho*

Nos assuntos que estão no orden do dia, talvez não haja nenhum mais importante do que o debate em torno das emendas com que se procura modificar o sistema adotado no Código de Propriedade Industrial, para admitir o monopólio das patentes em diversos campos das atividades humanas, sujeitas a um regime de livre concorrência de iniciativa. Até agora o Brasil marcou a sua posição de autonomia, através dos esforços de sua diplomacia, que havia mantido a sua balança contida com a inteligência e a combatividade de seu representante, o embaixador Ruijter, nas reuniões do GATT, o organismo criado, exatamente, para estabelecer o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio. Como a atitude do Brasil correspondia aos interesses da maioria das nações que compunham aquela organização, não foi difícil conquistar a vitória para a causa que então defendíamos, e que agora se procura ampliar, com as emendas que transitam e subsistem o regime adotado no próprio Código, tão-somente para obedecer a ordens categóricas dos países, que dominam o cenário internacional.

Não há que estranhar que, contra essa atitude, que poderia ser classificada como capitulação, correspondendo a orientação geral do governo do sr. Fernando Collor de Mello, surjam manifestações de resistência de órgãos centrais, que zelam pelos interesses gerais da economia brasileira, como é o caso do Instituto Agrônomo de Campinas, na palestra do professor Carlo Rossetti, em artigo recentemente publicado no jornal *Hoje do Povo*, de São Paulo. "A importância determinada pelo projeto de remédios e outros produtos de tecnologia avançada coloca uma camisa-de-força no povo brasileiro. Vai promover a desindustrialização, recessão, aumento de dependência externa e ameaça a segu-

rança nacional. Com esta lei, ou com esse projeto, o presidente Collor contribui para reduzir a recessão americana, agravando a brasileira." Como se resultasse de uma iniciativa ou de uma proposta do presidente Bush.

Não que faltassem esclarecimentos num assunto de tanto interesse para os centros científicos do Brasil. Seria o caso, por exemplo, de chamar à colação os centros e as vozes que lutam pelo desenvolvimento da ciência, no território nacional. Para ouvir as *Reflexões sobre o patrocínio de seres vivos*, com que a Sr. Angela Escobedo divulga, na revista *A Hora e a Vez*, do Rio Grande do Sul. A autora é médica veterinária pela universidade federal daquele estado. Foi graduada pelo Instituto Nacional Agrônomo da França. É membro do Comitê Científico Internacional. Pertence, também, a centros científicos da Suíça. E nos diz que, para além dos que *cladem* em modernização, que: "na atualidade, todo o debate sobre a proteção da propriedade intelectual se concentra nos interesses da indústria. No entanto, o problema deveria ser abordado do ponto de vista do direito dos agricultores de criar, de formas independentes, variedades anuais e vegetais locais e regionais. Além disso, o debate deveria abrir-se a questões como o direito dos animais e das plantas, de possuir uma identidade sem manipulação e o direito da sociedade de decidir sobre o emprego de novas tecnologias, considerando os possíveis riscos, para a natureza e para os seres humanos". Há que lutar em contra a submissão de cada patente, em face de circunstâncias locais, que podem exigir modificações substanciais, que alterem a substância das patentes.

Da a conclusão a que chega, com a sua indiscutível autoridade, o general Nelson Werneck Sodre, quando se refere ao projeto das patentes, em entrevista também publicada no *Hoje do Povo*: "O projeto", diz sua senhoria "é uma das

suas mais cruéis e torpes para nos reduzir, em definitivo, à condição colonial." Acrescenta que "cabe à imprensa e a todos os cidadãos livres, combatê-lo energeticamente e responsabilizar os congressistas que apressaram tal projeto, que é uma das torções da que a 'modernidade', analisada devidamente, mostra a que ponto se pretende levar a submissão do Brasil a condições tais que as possibilidades de autonomia e, particularmente, de solução dos problemas nacionais, ficam consideravelmente reduzidas, zera-das em muitos casos".

Quem observa a influência do sistema das patentes não pode fugir à conclusão de que, se em muitos casos, auxilia a produção, em outros vale como restrição a capacidade inventiva da criatura humana. Nesse ponto ainda o Japão pode nos valer de modelo, para evitar o pagamento de royalties, que poderiam pesar duramente nas finanças do país.

Seria melhor estudar cada invento, para verificar se poderia ser aperfeiçoado e obter, com as alterações, uma nova patente que o resultaria, uma vez de ampla liberdade, com aperfeiçoamentos sucessivos, que lhe permitissem chegar sempre à frente das inovações. Os defensores das patentes fariam enorme escarica em torno dessa atitude do Japão, classificando-a como deslealdade, mas o Japão fez ouvidos moucos e perseverou numa orientação que lhe trouxe, com a economia dos *toyotas*, o domínio do progresso industrial. A patente pode criar um complexo que se traduz em limitação, pois não há inventos que não possam ser ilimitadamente aperfeiçoados.

O que me impressiona, nesse debate em torno do projeto das patentes, é o que me parece a unanimidade dos meios científicos na sua condenação. Sobre o domínio da agronomia e da pecuária. Como também não compreendo a situação de submissão do Poder Legislativo, em face de um governo que, pelas

suas altas taxas de rejeição, não pode desviar também de acuratar impopularidade para os legisladores que com ele se identificam. Será que o eleitorado do campo, sentindo os efeitos e consequências perversas desse projeto, continuará fiel a suas ligações partidárias, quando começar a sentir os efeitos desse combate à recessão — ... dos Estados Unidos?

Valeria, de certo, meditar sobre as palavras finais do professor Rossetti, do Instituto Agrônomo de Campinas, quando nos diz que "a miséria, o sofrimento desse maravilhoso povo brasileiro, é imposto de fora", aproveitando-se do silêncio e de desinformação e levando, como diz o professor de Campinas, "pseudos-representantes do povo brasileiro para servir aos interesses estrangeiros". Será que estão atentos a todas as consequências que podem resultar de um projeto preocupado apenas com a recessão dos Estados Unidos? E que, entre muitos efeitos, terá, como resultado, o encarecimento dos produtos farmacêuticos para atender à insalubridade dos laboratórios ou da economia dos estados ricos, que não se satisfazem com os lucros resultantes dos altos preços dos medicamentos? Numa demonstração de indiferença em face dos problemas humanos, sobretudo nos países situados na faixa do subdesenvolvimento, com populações carentes que não têm recursos com que adquirir medicamentos que alivem seus sofrimentos.

Não creio que ninguém tenha duvidado quanto aos primeiros efeitos da adoção do projeto das patentes, qual seja o encarecimento imediato do preço de todos os remédios, quando o custo deles já está acima dos próprios índices da inflação, como revelam estatísticas mais recentes e mais autorizadas. Será que tudo isso corresponde aos desejos ou às intenções do atual governo brasileiro?

**Jornalista, escritor, membro da Academia Brasileira de Letras, presidente da Associação Brasileira de Imprensa.*

A razão inversa do quadrado

Wilson Figueiredo

Se a lei das compensações pode explicar satisfatoriamente como a denúncia da corrupção tenha levado Fernando Collor à Presidência e, na metade do governo, ameaça bater-lhe a carteira do resto do mandato. Não deve ser apenas por divertimento que o moralismo, com tão grande poder de sedução sobre os eleitores, seja incapaz de intervir aos efeitos.

Fernando Collor repete aquele câlculo sortido pelos caprichos da dama que esbrinja suas extensões de lavaria, perguntada sobre a razão da preferência por algarim sem esta nem bota, entre tantos credenciados socialmente que lhe solicitavam os favores, desleix o empenho: "Foi o único que pediu". O presidente foi o único dos candidatos de 89 que pediu o voto do cidadão para acabar com a bandalheira oficial.

O candidato Collor quis saber o que os governados queriam dos governantes, no ano em que a República completava cem anos. Entendeu-se com uma empresa especializada em pesquisa de opinião e, de posse dos segredos, alçou o ouvido do eleitor por toda a campanha, e despejou-lhe o discurso da indignação moral. Arrepentimento à parte, se perguntarem aos 35 milhões de eleitores que deram ou emprestaram o voto ao presidente Collor a razão pela qual fizeram isso, a maioria dirá que foi ele quem pediu o voto para moralizar o governo.

Só isso? Claro que não. A cabeça do eleitor se faz com pouca razão e muita ilusão. Além do mais, a vontade de moralizar é mais forte quando se está longe do poder, na razão inversa do quadrado da distância. A mobilidade se antecipa do governo, a natureza

até uma prevenção residual a respeito do moralismo como transe político. Boa parte da culpa se deve à UDN, que montou o seu nepotismo com a moral mas não prosperou eleitoralmente.

Todos os presidentes que consideram a luta presuposta da governante de do candidato e insistem na tala da moralidade passaram a ser todos como gente que não entende do modo eleitoral e perde sempre as melhores oportunidades. O sucesso do adeamento na primeira e na segunda sucessões presidenciais (1945 e 50) deu aos candidatos daí por diante desconfiados dos benefícios eleitorais do moralismo.

A bandeira do moralismo tinha tratamento retórico de primeira e feria transbordaram os comícios, mas a diferença de votos se sempre para o outro candidato. A moralidade pública acabava invariavelmente em segundo lugar. A UDN começou e acabou assim no plano federal. Entende-se melhor hoje o revolvimento e o polpo que se tornou a sua segunda natureza.

A consequência dessa lógica se perversa, firmou a impressão de que a moral não é grande eleitora, e desmereceu os presidentes. Não deu para apertar um candidato de quem se dizia que morava nas favelas. Ele pediu o achado, e o direito circular, mas quando se apresentou em 1955 não teve o sucesso que o moralismo esperava. Havia a certeza de que o eleitor na cabot fechava os olhos as irregularidades do que o governo fosse um cantinho de obras. Na sucessão presidencial seguinte, em 1960, o eleitor, despertado embora pelo desenvolvimento, premiou a moralismo de vovozinha na mão, na figura de Jânio Quadros. Claro que não foi a imemorial do candidato que o levou ao poder, embora tenha sido assim se antecipa do governo, a natureza

ANEXO F – Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1996

2 DOMINGO, 30 DE JUNHO DE 1996 JORNAL DO BRASIL

BALANÇO MENSAL

A INDÚSTRIA CORRE O RISCO DE UM RETROCESSO?

■ Para economista, o país hoje vende mais produtos primários que industrializados

Carlos Eduardo de Freitas
"Os capitais voltaram, mas é preciso ter poupança"

Rogério Werneck
"No México, houve redução da poupança"

Foto de Samuel Martins

Inflação baixa poderá adiar as reformas

A conjuntura para o Plano Real é de céu azul. Se o governo resistir às pressões para reduzir mais a inflação, a

Wernick rebateu o argumento de Castro com uma pergunta jocosa: "Exportar Escort (modelo da Ford exportado para países escandinavos) tinha mais tecnologia que exportar celulose?". O próprio Werneck respondeu: "A fábrica da Aracruz é considerada a ponta da ponta da técnica de celulose e a floresta é a ponta da ponta da tecnologia. O Ford Escort é uma carroça", provocou. Castro garantiu que, em

A discordância surgiu na hora de quantificar o crescimento que a economia pode aguentar em 1996 sem que a inflação dê um salto e o câmbio (preço do dólar) tenha que ser imediatamente corrigido. Um crescimento de 3% em 1996 manteria, na opinião de todos, a inflação sob redes curtas. Mas foi qualificado por Carlos Eduardo de Freitas como "medocre". "Com a população crescendo 1,5%, as metas são mais modestas

pectivas de curtíssimo prazo. Mas todo mundo sabe que haverá uma situação delicadíssima no momento de corrigir a taxa de câmbio. A experiência internacional mostra que essas correções ocorreram em meio a grandes desordenações econômicas e profundas recessões", argumentou.

Nenhum dos outros concordou com a avaliação catastrofista de Barros de Castro. Para Marcelo Abreu, o dólar

ANEXO G – Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 2000

SÁBADO, 1º DE JANEIRO DE 2000 **ECONOMIA** JORNAL DO BRASIL 11
economia@jb.com.br

Informe Econômico

■ ANTONIO XIMENES



As empresas na educação

O movimento que várias empresas iniciaram no ano passado investido em educação mostrou que o analfabetismo pode ser combatido com maturidade e disciplina. No Brasil, 15% da população é analfabeta, o que significa que cerca de 15 milhões de pessoas não têm as primeiras letras, ou seja, não sabem ler e escrever. Triste realidade para um país que está entre as 15 maiores potências econômicas do planeta, e que tem um PIB superior a US\$ 777 bilhões.

O presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, vol-

Ar-condicionado em alta

■ Mesmo com produção em queda, fabricantes comemoram redução das importações

FRANCISCO CARVALHO

SÃO PAULO – Os fabricantes de ar-condicionado, que deverão faturar este ano cerca de R\$ 1,2 bilhão, estão satisfeitos com o desempenho de 1999, embora estimem que houve uma queda de produção da ordem de 8% em relação a 1998. “Mas este é o segundo melhor ano da última década”, disse Celso Simões Alexandre, presidente da Associação Brasileira de Refrigeração, Ar-Condicionado, Ventilação e Aquecedores (Abreva).

Uma tendência positiva surgiu recentemente no setor foi a substituição de boa parte das importações, principalmente de grandes centrais de ar-condicionado. A razão dessa mudança, segundo Celso Alexandre, foi o aumento do dólar. Nos últimos anos, as importações chegaram a cerca de 25% das vendas internas e hoje a participação não passa de 16%. As exporta-

ções do setor alcançam 10% do volume total e o principal mercado são os países do Mercosul.

As perspectivas do setor são de crescimento. Segundo Celso Alexandre, grupos estrangeiros estão cada vez mais interessados em investir no segmento, devido às expectativas em relação à demanda de grandes e médios equipamentos de ar-condicionado central, ao potencial da construção civil brasileira e aos investimentos diretos em novas plantas industriais.

Os fabricantes de equipamentos, a indústria de partes e componentes e as instaladoras de ar-condicionado geram cerca de 250 mil empregos no país. Os maiores fabricantes de equipamentos são a Springer-Carrier, a Trane, Hitachi e York do Brasil. Os maiores fabricantes de partes e componentes são a Trox do Brasil, a Tropical Bryant e a Hei-Sei. Incluindo as instaladoras e as empresas importadoras, a maior parte fora do controle das en-

tidades de classe, funcionam no país mais de 1200 empresas.

Ventiladores – Mais tradicional fabricante de ventiladores do país e há 43 anos no mercado, a Vente Silva começa a exportar para os Estados Unidos, depois de consolidar posição no Mercosul. Segundo a gerente de Exportação e Importação, Eliane Machado, o verão “foi ingrato” com o setor em 1999. “Começou com dois meses de antecedência e foi muito curto”.

As vendas de ventiladores registraram crescimento em torno de 15% em dezembro em comparação com o mesmo mês do ano anterior. A melhor performance este ano resulta também da redução acentuada das vendas de ventiladores importados da China e da Coreia. Segundo Eliane Machado, isso ocorreu devido à má qualidade dos importados, à falta de assistência técnica e porque a Receita Federal passou a fiscalizar com mais rigor a fronteira com o Paraguai.

ANEXO H – Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 2000

para
avea
odu-
. Es-
io de
abri-
344
a al-
onta
ia de
xosta
deral
ês.
pre-
para
mais
Neto
1 in-
n de
e até
s – e
tem

1990 1991 1992 1993 1994 1995 1996 1997 1998 1999

Fonte: Antevia

Incentivo para importação de autopeças

BRÁSILIA – O governo prevê editar hoje Medida Provisória prorrogando as Alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre autopeças vindas de países de fora do Mercosul. A Tarifa Externa Comum (TEC) será de 11,6%, mesmo percentual cobrado até 31 de dezembro.

A medida foi tomada pelo Ministério de Desenvolvimento até que se defina o novo regime automotivo do Mercosul, em negociação com o governo argentino. A previsão é de que o acordo entre os dois principais parceiros do bloco seja fechado até o fim de fevereiro.

A reunião entre as autoridades brasileiras e argentinas para discutir o novo regime deverá ser adiada. Prevista para a próxima quarta-feira, só será realizada no dia 19 ou 20 deste mês. Na avaliação do Itamarati, o atraso pode ser benéfico para que as duas partes cheguem a novas propostas com mais chances de serem implantadas no bloco.

Antes de o governo brasileiro prorrogar as alíquotas do Imposto de Importação cobradas de componentes automotivos, decreto presidencial publicado no início da semana já havia determinado a prorrogação da tarifa de 35% incidente sobre os automóveis vindos de países extrazona. Caso o governo não tivesse alterado as alíquotas, as autopeças estariam sujeitas ao pagamento de Imposto de Importação entre 17% e 21%. Os carros pagariam tarifas mais baixas: 23%.

Nas trocas entre os quatro integrantes do Mercosul – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai – continuará sendo praticada tarifa zero. Durante a transição para o novo regime, a Argentina optou por prorrogar os benefícios concedidos no âmbito do regime automotivo local. O modelo impõe tarifas de importação de 32% para veículos e entre 2% e 3% para componentes. (A.L.)

ANEXO I – Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 2000

SEXTA-FEIRA, 17 DE MARÇO DE 2000 **ECONOMIA** JORNAL DO BRASIL 17
economia@jb.com.br

Informe Econômico

■ CRISTINA BORGES



A reforma do FMI e do Bird

A nova revisão do acordo do governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional (FMI) coincide com a discussão mais acalorada que está provocando o relatório da Comissão Meltzer para a reforma do fundo e do Banco Mundial (Bird). Os países-sócios de ambos, principalmente os EUA que têm a maior fatia das cotas, mostram-se insatisfeitos com a liberação de dinheiro público para países em desenvolvimento a fim de financiar políticas econômicas que não aprovam.

As críticas não são de hoje e há décadas se discute uma revisão do FMI e do Bird, cuja ajuda é vista como estímulo negativo

Investimento bate recorde

■ Capital estrangeiro continua procurando o país. Já entraram US\$ 5,4 bilhões

AZELMA RODRIGUES

BRASÍLIA – O capital estrangeiro que entra no país destinado à produção continua batendo recordes. Até ontem, o Banco Central (BC) registrava US\$ 5,43 bilhões em investimentos externos diretos, sendo US\$ 4,869 bilhões em janeiro e fevereiro e US\$ 561 milhões na primeira metade deste mês. Recursos que têm sido mais do que suficientes para cobrir o déficit dos compromissos do país com o exterior, que nos dois primeiros meses do ano somou US\$ 2,18 bilhões.

Esse dinheiro ajudou o gover-



J. França - 22/12/1999

BC reconhece erro na dívida

AZELMA RODRIGUES

BRASÍLIA – A parte principal da dívida externa do Brasil de médio e longo prazos soma US\$ 30 bilhões e não US\$ 22 bilhões como o governo havia anunciado no ano passado. O Banco Central (BC) reconhece o erro, mas diz que o acréscimo de US\$ 8 bilhões não vai pressionar o preço do dólar para cima ou forçar um desembolso maior de divisas para o pagamento da dívida. "Foi

ANEXO J – Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 2000

14 JORNAL DO BRASIL

ECONOMIA

SEXTA-FEIRA, 7 DE JANEIRO DE 2000

Milho é leiloado para conter inflação

■ Governo ofertou 79 mil toneladas do grão e arrecadou cerca de R\$ 5 milhões. Objetivo é reduzir dependência externa

ANDRÉ LACERDA E
PLÁVIA BARBOSA

BRASÍLIA E RIO – A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) leiloeu ontem 49 mil toneladas de milho para impedir a alta dos preços do produto no mercado interno. Foram colocados em oferta 79 mil toneladas do grão e arrecadados cerca de R\$ 5 milhões. Os preços da saca variaram entre R\$ 11,92, na abertura, e R\$ 13,76, no fechamento do pregão eletrônico.

Estão programados outros dois leilões públicos, nos dias 13 e 20,

ltida em junho e julho. A irregularidade das chuvas afeta a produtividade da cultura, com consequências na oferta e no custo do grão.

Com a quebra prevista para este ano, o país teria que importar entre 2 milhões e 2,5 milhões de toneladas, na avaliação do mercado. A necessidade de importação este ano é a maior desde 1986, quando o governo comprou 3 milhões de toneladas no auge do consumo do Plano Cruzado.

A saca vale hoje entre R\$ 14, no Paraná, e R\$ 16, no Triângulo Mineiro e em São Paulo. No pri-

porado ao preço de venda. O repasse das altas, segundo acompanhamento dos índices, é imediato. Como o frango é uma alternativa à carne vermelha, seu preço nos supermercados sobe, os produtores sentem-se à vontade para reajustar as tabelas de carne bovina (pois não perderão tanta clientela).

Esta é a preocupação central do governo, principalmente porque janeiro e fevereiro são os meses de entressafra (assim como a de arroz e feijão), e os preços tendem a subir. O milho é ainda impactado pelos preços internacionais, controlados pelo Brasil do Chile.

Escalada dos preços

Mês	Índice
1999	1.11
FEV	1.14
MAR	0.83
ABR	1.14
MAI	0.10
JUN	1.63
JUL	2.46
AGO	2.60
SET	4.59
OUT	9.85
NOV	20.95
DEZ	7.84

*Variação do custo do milho pelo Índice de Preços por Atacado (IPA) que compõe o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M)

ANEXO K – Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 2000

SÁBADO, 27 DE MAIO DE 2000

ECONOMIA

JORNAL DO BRASIL 15
economia@jb.com.br

Informe Econômico

■ CRISTINA BORGES

Nó petroquímico longe de desatar

A reestruturação do setor petroquímico, a começar pela definição do controle acionário da Copene, central de matérias-primas do Pólo de Camaçari, está praticamente travada. A negociação para a venda conjunta da participação de três sócios na Norquisa – grupos Mariani, Odebrecht e ex-Econômico – encontra-se em situação de impasse.

A venda em bloco de seus ativos define o controle da Copene. Mas o desenho do modelo de venda esbarra na liquidação extrajudicial em que se encontram as empresas de Ângelo Cal-

Safra recorde a caminho

■ IBGE projeta 85,5 milhões de toneladas de grãos e preços de alimentos já caem

SABRINA LORENZI

O AVANÇO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

Safra de grãos ao longo da década

Em milhões de toneladas

Ano	Produção (milhões de toneladas)
1990	56
1991	56
1992	64
1993	69
1994	75
1995	79
1996	73
1997	78
1998	75
1999	82
2000*	85,5

(*) Previsão

Fonte: IBGE

Distribuição da safra por região

Região	Porcentagem
Sul	48,89%
Centro-oeste	28,3%
Sudeste	15,04%
Nordeste	6,9%
Norte	2,8%

safra deverá cair como uma luva. acrescentou que o saldo positivo acredita que o Brasil exportará o

ANEXO L – Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 2000

SEXTA-FEIRA, 22 DE DEZEMBRO DE 2000

ECONOMIA

JORNAL DO BRASIL 13
economia@jb.com.br

Informe Econômico

■ CRISTINA BORGES



A arte do possível

Menor crescimento econômico mundial em 2001, a começar pelos EUA, é perspectiva constante nos relatórios de fim de ano dos grandes bancos de investimento. Embora façam referência, na visão negativa, à eventual recessão no mundo pela redução na expansão da economia americana e por novo choque do petróleo, prevalece a versão otimista de que um trauma recessivo está afastado.

A previsão de crescimento menor nos EUA implica diretamente a diminuição do comércio internacional. Diante dos ce-

Nível de emprego volta a ser positivo após 10 anos

■ Resultado acumulado até outubro aponta expansão de 0,6% no setor industrial

NICE DE PAULA

O número de trabalhadores ocupados pela indústria brasileira deve registrar crescimento no ano 2000. Será o primeiro resultado positivo dos últimos dez anos. "Entre 1990 e 1999, o indicador de emprego da indústria foi negativo em todos os anos. O último crescimento da ocupação ocorreu em 1989", disse Paulo Gonzaga, economista do Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística (IBGE). O número de empregados do setor ficou estável: variação de 0%. Mas o resultado acumulado dos dez primeiros meses do ano aponta expansão de 0,6%. O economista explicou que a expansão da indústria não atinge taxas muito altas em nenhum lugar do mundo por causa de fatores como o desenvolvimento tecnológico e a globalização.

Crescimento – Além disso, o crescimento industrial brasileiro é liderado pela produção de bens de con-

dústrias –, que por usarem muita tecnologia precisam de pouca mão-de-obra para crescer. Gonzaga não acredita que os resultados de novembro e dezembro possam inverter a tendência de crescimento até outubro.

Quanto aos salários, houve aumento de 0,7% de outubro para setembro e redução de 1,7 no acumulado do ano e 0,2% na comparação com outubro do mês anterior. Mas o cenário é positivo. O salário médio real praticamente

tre setembro de 2000 e setembro de 1999 para -0,02 em outubro."

Os setores da indústria que mais ampliaram o número de trabalhadores ocupados em outubro, na comparação com setembro, foram materiais de transporte (1,5%), perfumaria (1,4%) e bebidas (1,3%). As maiores quedas foram na indústria de fumo (-13,7%), couro e pele (-3,0%) e papel e papelão (-1,5%). As regiões com melhor desempenho foram Nordeste (1%) e Sul (0,1%).

COMÉRCIO EXTERIOR

Governo terá pior saldo da balança

DE SÃO PAULO

Se as previsões das consultorias se confirmarem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se despedirá do poder com o pior saldo de balança comercial do seu Governo.

A média das estimativas do mercado aponta para um superávit de R\$ 12 bilhões este ano, embora muitos apostem em R\$ 5 bilhões e não descartem déficit.

Até agora, os resultados mais fracos da balança nos mandatos de Lula ocorreram em 2003, 2008 e 2009, com saldos próximos a R\$ 25 bilhões. O superávit mais robusto foi atingido em 2005, com quase US\$ 45 bilhões.

No ano passado, o impacto da crise global não foi tão expressivo no saldo comercial, porque, apesar do recuo das



CARLOS NOGUEIRA - 15/5/09

Ritmo

“A velocidade de crescimento da importação é espantosa”

Fábio Silveira,
economista-chefe da RC Consultores

uma previsão oficial para o saldo da balança comercial brasileira, mas o Banco Central (BC) estima que possa atingir US\$ 15 bilhões em 2010.

Para o ministro do Desenvolvimento, Miguel Jorge, o número do BC é “razoável”.